

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Ana Carolina Alves Dionizio

Débora Andrade Soares

Larissa Lorrana Barbosa

**VIOLÊNCIA URBANA CONTRA O JOVEM NEGRO: UM RECORTE SOBRE A  
ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NESTE DEBATE**

**BELO HORIZONTE**

**2022**

Ana Carolina Alves Dionizio

Débora Andrade Soares

Larissa Lorrana Barbosa

**VIOLÊNCIA URBANA CONTRA O JOVEM NEGRO: UM RECORTE SOBRE A  
ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NESTE DEBATE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro universitário UNA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora. Me. Rosane Pilar Diegues

**BELO HORIZONTE**

**2022**

*Aos nossos ancestrais que lutaram por um futuro melhor, futuro este que fazemos parte hoje. As dificuldades que nos motivaram a ir mais longe e a todos que contribuíram para este momento.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus pela oportunidade que nos concedeu de superarmos os nossos desafios ao longo desses quatro anos. Familiares e amigos, a vocês, deixamos uma palavra gigante de agradecimento, pois não estávamos sozinhas durante essa longa caminhada.

Agradecemos ao serviço social por nos tornar pessoas melhores, ampliar nossa visão e fazer com que refletíssemos sobre nosso conservadorismo, ignorância e rigidez. Esta profissão nos fez enxergar o outro com olhar mais humano e a respeitar toda subjetividade e complexidade única do qual cada ser é formado.

A graduação plantou muitas sementes boas em nós, e agradecemos a cada professor por contribuir para que essas sementes florescessem. Uns foram adubo, outros foram água, outros ainda foram poda e todos juntos, inclusive colegas de classe, foram extremamente importantes e responsáveis pelo jardim que estamos nos tornando. Sabemos que ainda há muito para florescer, estamos em constante evolução. A academia nos ensinou que o assistente social precisa acompanhar essa evolução para se tornar um bom profissional.

Deixamos também um agradecimento especial a Rosane Pilar, nossa orientadora de trabalho de conclusão de curso.

Enfim, agradecemos a todos que trilharam o nosso caminho e contribuíram para que essa pesquisa fosse viável, inclusive a cada pessoa que respondeu o formulário de coleta de dados e/ou ajudou a compartilhar. A todos vocês o nosso muito obrigado.

*“Nem tudo que enfrentamos pode ser mudado.  
Mas nada pode ser mudado enquanto não for  
enfrentado”.*

*(James Baldwin)*

## RESUMO

Os dados têm demonstrado que a juventude negra, na atual conjuntura, tem sido vitimada por diversas expressões da questão social, destacando-se a violência urbana, a segregação sócio-espacial e o racismo, entendidos como violências sociais. Portanto, torna-se expressamente importante analisar essas problemáticas e compreender qual a contribuição do serviço social no combate a violência urbana contra os jovens negros. A pesquisa é baseada em bibliografias de autores e análise de dados qualitativos que contribuíram para gerar os resultados desse estudo. Verificou-se que existe um número significativo de jovens que morrem pela mão do Estado, são vítimas da violência do Estado ou tem algum familiar ou pessoa muito próxima que faleceu em decorrência da violência urbana. A partir desses resultados, considera-se que as políticas afirmativas e de proteção direcionada a população negra são de extrema relevância para minimizar os impactos à população negra, sobretudo, os jovens negros, que sofrem cotidianamente com o racismo estrutural e institucional por meio da violência urbana.

**Palavras-chave:** Juventude negra, racismo, segurança pública, violência urbana.

## **ABSTRACT:**

Data has shown that black youth, in the current situation, have been victimized by various expressions of the social issue, especially urban violence, social-spatial segregation and racism, understood as social violence. Therefore, it becomes expressly important to analyze these problems and understand what is the contribution of social service in combating urban violence against young blacks. The research is based on bibliographies of authors and qualitative data analysis that contributed to generate the results of this study. It was verified that there is a significant number of young people who die at the hand of the State, are victims of State violence, or have a relative or close person who died as a result of urban violence. From these results, it is considered that affirmative policies and protection directed to the black population are extremely important to minimize the impacts on the black population, especially young blacks, who suffer daily with structural and institutional racism through urban violence.

**Keywords:** Black youth, racism, public security, urban violence.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

ABSP - Anuário Brasileiro de Segurança Pública

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

FGV - Fundação Getúlio Vargas

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil

LNUD - Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira

## **LISTA DE FIGURA**

Figura 1 - Atlas da Violência 2018.

35

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Como você identifica sua raça/cor? .....	21
Gráfico 2 - Percentual de pessoas vítimas de racismo, com base na pesquisa realizada em Belo Horizonte e região metropolitana. ....	21
Gráfico 3 - Situações e locais em que as pessoas foram vítimas de racismo .....	22
Gráfico 4 - Motivos que levaram as pessoas a não denunciar a violência ou discriminação vivida.....	23
Gráfico 5 - Sentimento em relação às abordagens policiais.....	24
Gráfico 6 - Percepção sobre a representação da polícia no território de ocupação .....	24
Gráfico 7 - Tratamento no estabelecimento prisional.....	25

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FORMAÇÃO SÓCIA HISTÓRICA DO BRASIL	15
2.1 Lei Áurea sob a ótica do racismo	17
2.2 Formação econômica-social brasileira: a relação do racismo com a manutenção das sociedades de classes brasileira	19
3 QUESTÃO SOCIAL E A JUVENTUDE NEGRA	22
3.1 Perfil do público de jovens encarcerados no brasil	23
3.2 Juventude negra e o recorte da criminalização da pobreza	29
3.3 Encarceramento da juventude negra, extermínio e abordagens violentas no âmbito da segurança pública	33
4 ANÁLISE SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO A APROXIMAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL	38
4.1 Contexto sócio histórico do profissional de serviço social e sua aproximação da questão racial	38
4.2 A atuação profissional dos(as) assistentes sociais na atualidade relativas às lutas contra o racismo e o fim da violência urbana contra o jovem negro	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – Formulário de coleta de dados para Trabalho de Conclusão de Curso	56
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	67
APÊNDICE C – Listagem serviço de apoio	68

## 1 INTRODUÇÃO

A violência urbana é um fenômeno presente na sociedade, para Raimundo (2014), ela está relacionada a assassinatos, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra as pessoas. Expressa-se na brutalidade da vida, da pobreza, nas carências, na marginalização, no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação na humilhação e na discriminação. A violência urbana caracteriza-se como violência social e traz traços profundos da violência estrutural. Os dados têm demonstrado que a juventude negra, na atual conjuntura, tem sido vitimada por diversas expressões da questão social, destacando-se a violência urbana, a segregação sócio-espacial e o racismo, entendidos como violências sociais.

Visto que a violência urbana é uma ocorrência direcionada principalmente a um determinado grupo social de pessoas que vivem nas periferias, mais especificamente contra a juventude negra, é preciso refletir sobre o papel do Estado frente a essa problemática. Nota-se que a conjuntura hegemônica do Estado burguês prioriza o investimento na segurança pública, no sentido de policiamento, proteção da propriedade privada e prisões em flagrante, ao invés de investimento em educação, cultura, saúde, habitação, entre outros direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

Observou-se na trajetória acadêmica percorrida pelas autoras do presente trabalho a existência de autores e autoras que abordam a temática do combate ao racismo e a violência urbana contra a juventude negra, fato que fomentou as inquietações e os anseios para compreender essa temática. Além disso, a aplicabilidade do formulário de coleta de dados para pesquisa contribuiu para a visualização da violência urbana na prática e para a realização deste estudo.

A presente pesquisa, realizada entre os meses de março e junho de 2022 partiu da seguinte questão problema: qual a contribuição do serviço social no combate a violência urbana contra os jovens negros? Para responder esta questão, foi apresentado como objetivo geral analisar a violência urbana contra o jovem negro e a contribuição do(a) Assistente Social neste debate. Os objetivos específicos foram identificar o processo de formação sócio histórica no Brasil e a sua contribuição para o estabelecimento do racismo estruturante e estrutural, correlacionar a questão social com a questão racial e a violência urbana contra o jovem negro; examinar o contexto sócio histórico do Serviço Social e sua aproximação com a questão racial bem como categorizar a contribuição do(a) Assistente Social no combate a violência contra o jovem negro.

Na sociedade se tornou comum falar em racismo estrutural, porém o que muitos autores negros sinalizam é que nem todas as pessoas sabem o real significado do racismo estrutural, por isso é importante estudos mais aprofundados e uma análise crítica sobre o assunto. Segundo o professor Silvio Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, o que quer dizer que ele se constitui nas relações da sociedade.

O processo de formação histórica evidencia a disseminação de ideologias conservadoras e racistas na sociedade. Isto tem sido usado como um instrumento de manutenção de poder da classe dominante. Nesse sentido, se dá a importância de compreender o racismo e a partir desta compreensão buscar combater as desigualdades sociais decorrentes da discriminação racial em todas as suas esferas.

Portanto, esse projeto de pesquisa teve como intuito, por meio do levantamento e análise das estatísticas de dados sociais referentes à violência urbana contra o jovem negro, compreender como a formação sócio-histórica do Brasil contribuiu para que o racismo se tornasse estrutural e estruturante na sociedade brasileira e uma forma de manutenção da violência e genocídio da juventude negra, além disso, será apresentada uma análise sócio histórica do serviço social e a aproximação da profissão com a questão racial, bem como sua atuação na contemporaneidade, que visa contribuir para uma sociedade emancipada, livre de toda forma de preconceito e discriminações, principalmente no que tange a discriminação racial e seus desdobramentos.

A metodologia usada para a construção deste estudo foi a revisão bibliográfica de artigos e livros científicos. Para complementação desta pesquisa foi elaborado um formulário de coleta de dados através do Google Forms com recorte para Belo Horizonte e região metropolitana. O objetivo deste formulário foi levantar dados relativos ao racismo e a violência urbana direcionada aos jovens negros e este foi disponibilizado nas redes sociais entre abril e maio do presente ano. A metodologia de análise do conteúdo obtido foi feita a partir da análise descritiva. As categorias de análise foram: a presença do racismo no cotidiano das pessoas e o racismo e sua relação com a violência urbana.

## 2 FORMAÇÃO SÓCIA HISTÓRICA DO BRASIL

Em meados do século XVI, os portugueses navegaram até a África em busca de novos escravizados, visto que já haviam dominados os nativos que existiam no Brasil naquele período. Seu maior interesse era em aumentar as produções de cana-de-açúcar. Desta forma, buscavam pessoas que pudessem ser dominadas e manipuladas para exercer tarefas as quais os portugueses não desejavam realizar. (SILVA, 2002)

A escravidão foi uma instituição que se estabeleceu no Brasil por volta da década de 1530, quando as primeiras medidas efetivas de colonização foram implantadas pelos portugueses. Essa escravização ocorreu, a princípio, com os nativos, e, entre os séculos XVI e XVII, foi sendo gradativamente substituída pela escravização dos africanos que chegavam no Brasil pelo tráfico negreiro. (SILVA, c2022, Online)

Ao desembarcar na África, se depararam com uma sociedade de cultura e costumes diferentes dos seus. A organização econômica dos africanos girava em torno de suas relações familiares, em outras palavras, o parentesco era a forma que utilizavam para serem reconhecidos perante a sociedade.

Nessas sociedades a coesão dependia, em grande parte, da preservação da memória dos antepassados, da reverência e privilégios reservados aos mais velhos e da partilha da mesma fé religiosa. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p.13)

Para compreender o cenário da realidade dos povos africanos, antes e durante a chegada dos portugueses, é necessário se contextualizar a vida e cultura estabelecida. Em meados do século XVI a escravidão já era presente no cotidiano Africano, porém, acontecia de forma diferente da qual foram submetidos os negros pelos portugueses. Realizavam-se duelos em que os vitoriosos faziam os perdedores de escravos ou como castigo por furtos, assassinato e alguns casos por adultério. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006).

Albuquerque e Filho (2006) apontam que:

Escravidão doméstica, que consistia em aprisionar alguém para utilizar sua força de trabalho, em geral, na agricultura de pequena escala, familiar. Se a terra era abundante, mas rareava mão-de-obra, esse tipo de escravidão servia para aumentar o número de pessoas a serem empregadas no sustento de uma família ou grupo. Afinal, a terra de nada valia sem que se tivesse gente empregada no cultivo de alimentos.

Ainda segundo os autores, a escravidão doméstica foi abrindo espaço para que o interesse de outros países na mão de obra escrava e lucrativa se expandisse pelo mundo, tornando-se cada vez mais rentável e concorrido, resultando em poder, status e arrecadação de capital para aqueles que possuíam grande número de escravizados. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006).

O sucesso comercial dos portugueses passou a corresponder ao infortúnio do continente africano. No litoral, a venda de escravos passou a determinar a prosperidade e a força militar de uns e a miséria de outros grupos africanos. O comércio com os europeus reforçou o poder de chefes dispostos a guerrear contra povos inimigos com o único intuito de fazê-los cativos. A presença portuguesa redimensionou a vida de populações litorâneas que, até então, não tinham poder econômico e político significativo e que passaram a ter na captura de cativos uma

atividade corriqueira, sistemática. A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p.24)

Para que os africanos fossem transportados até o Brasil, utilizaram navios que foram denominados como navios negreiros. Segundo Neves (c2022) o tráfico negreiro trazia forçadamente africanos para serem escravizados no Brasil e, ao longo de 300 anos desta prática, quase cinco milhões de africanos desembarcaram aqui, esses navios comportavam de 300 a 500 pessoas escravizadas.

Taille e Santos (2012) ressaltam que, ser escravizado é definido como aquele “que se escravizou, sofreu escravização”. Diferentemente do “escravo”, privado de liberdade, em estado de servidão, o “escravizado” entra em cena como quem “sofreu escravização” e, portanto, foi forçado a essa situação. Durante o tempo que os escravizados ficavam no navio, eram submetidos a situações desumanas de sobrevivência, pois tudo era muito precário. Neves (c2022) ressalta que o porão a qual os negros eram mantidos era tão pequeno que muitos não conseguiam se levantar, já outros permaneciam na mesma posição durante várias horas. O alimento também era inapropriado e escasso, segundo o historiador Jaime Rodrigues apud Souza (c2022) para evitar rebelião entre as pessoas escravizadas, serviam o mínimo de comida possível.

Chegando ao Brasil eram separados e distribuídos para trabalhos no campo, residências e nas cidades. Ao fim do dia eram levados a senzala. Segundo o Dicionário Online (c2009-2022), senzala quer dizer “habitação usada como alojamento para os escravizados negros, trazidos ao Brasil, durante o período de escravidão ocorrido entre o século XVI e XIX”. As senzalas eram utilizadas como alojamento, era um local onde os negros eram colocados e mantidos. Nesses locais sofriam diversas agressões e conviviam com a precarização de coisas básicas, como higiene e alimentação. Ali também sofriam diversas agressões para que se conformassem com a submissão aos brancos e não tentassem fugir. (NEVES, c2022)

Ressalta-se a importância de dizer que nada e nenhum cenário justificam o que esses povos foram submetidos pelos portugueses, mas que é necessário contextualizar a história de pessoas que foram raptadas, mortas, abusadas de várias formas e perderam seu direito enquanto cidadãos.

No próximo subtópico será discorrido a respeito da Lei Áurea, lei essa contada com grande romantização devido à “bondade” da princesa Isabel. Porém, após a abolição não houve políticas de proteção e reparação voltadas para os negros ex-escravizados, isto colaborou para a marginalização, segregação e precarização dessas vidas. Essas consequências perpetuaram-se e são observadas na atualidade.

## 2.1 Lei Áurea sob a ótica do racismo

Antes de se aprofundar na Lei Áurea é importante contextualizar as leis que também contribuíram para a manutenção da escravatura, como por exemplo, a Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó.

A Lei Feijó, cujo preâmbulo declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Esta lei ficou mais conhecida como “Lei para inglês ver”, pois na prática seus efeitos possuíam uma dupla invalidade. A primeira fática – era muito elevada a desobediência dos traficantes e senhores de escravos no Brasil; a segunda finalística – haja a vista que os escravos capturados na África, então livres pela força desta lei, deveriam ficar sob “tutela” do Estado pelo período de 14 anos como compensação por sua libertação. (NUNES, 2018, p.66)

A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre que, segundo Nunes (2018) apesar do nome, esta lei não tinha como objetivo exclusivo a tutela da condição jurídica das pessoas filhas de escravas nascidas livres a partir daquela data. (NUNES, 2018).

A Lei de Terras, em 1850, visou consolidar a estrutura fundiária baseada no latifúndio e instituiu a propriedade privada no Brasil. E foi pensada para impedir que imigrantes pobres e libertos possuíssem terras (MENEGAT, 2015; BALBINO, 2015)

A Lei dos Sexagenários/ Lei Saraiva de Nº 3.270, 28/09/1885 concedia a liberdade para aqueles cativos que conseguissem chegar até a idade de sessenta anos. Já a lei da Vadiagem de 1890 e o Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890, promoveram a contenção espacial dos negros. (MENEGAT, 2015; BALBINO, 2015).

Essas leis somente beneficiaram donos de terras, pessoas brancas e com dinheiro. Em contrapartida, impossibilitava as pessoas pretas de comprarem terras e de ter acesso à educação. A partir dessa situação, os negros precisaram ir morar nos morros o que se deu as formações de favelas, mas permaneceram sendo perseguidos pelo seu modo de vida. O racismo estrutural também teve início nesse período e seu maior apoiador foi o Estado.

A Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3.353 foi sancionada em 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel.

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1888).

Destaca-se que a Lei Áurea garantiu a alforria de todos os negros, e não sua libertação. Foi sancionada não somente pela bondade da princesa Isabel, mas sim porque existiam campanhas populares que junto à resistência escrava forçou o império a abolir a escravidão. (SILVA, c2022, Online).

Era um momento cívico de libertação da sociedade, do qual todos os brasileiros queriam colaborar e participar, de certa forma. A menção ao efeito da lei ser de “alforria” de todos os negros e não de “libertação” se deve exatamente ao caráter apoteótico da lei. E à maneira pela qual a Princesa Isabel foi retratada posteriormente:

como redentora de um vício de origem de todos os negros. A figura “redentora” (que passou a ser o título da princesa desde então) traz em si o problema que é a humildade que os redentos devem demonstrar como gratidão por sua redenção. (NUNES, 2018, p.112)

O Brasil não foi pioneiro nessa abolição, Stedile (2012) diz que o Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão e isso sucedeu devido aos debates que ocorreram entre os partidos da elite que estavam preocupados com os prejuízos que teriam com essa abolição.

Até se chegar de fato à liberdade do povo negro ocorreu uma série de eventos que fizeram com que a tomada de decisão fosse feita através de pressão popular, exercida tanto por aqueles que se compadeciam da situação da escravidão, quanto por aqueles que sofriam com as revoltas causadas para o fim do regime escravocrata. (NUNES, 2018, p.114)

Para muitos o pós-abolição era sinônimo de emancipação, no entanto, se tornou uma falsa liberdade, visto que não havia sido pensando em condições de vidas para essas pessoas, não existia lei de proteção, local de moradia, alimentação ou qualquer direito enquanto cidadão. (SILVA, c2022, Online).

Ainda que os termos “liberto” e “livre” sejam sinônimos, não são sinônimos perfeitos. O termo “livre” indica uma condição inata, já o termo “liberto” indica uma condição adquirida, embora ambos signifiquem que o sujeito adjetivado goze da liberdade. No contexto de uma sociedade escravagista, as condições da origem da liberdade disposta tinham relevância na adequação da pessoa à hierarquia social que se encontrava. (NUNES, 2018, p.104)

Com a abolição, essa população começou a sofrer com a escassez. Segundo Walter, (2022), apud Silva (2022):

Muitos libertos optaram por obter seu sustento longe do lugar onde foram escravizados. Isso acontecia porque eles queriam distanciar-se desses lugares sinônimos de tanto sofrimento, enquanto outros iam à procura de parentes para estabelecer-se junto desses.

A abolição não foi pensada de forma a se combater as desigualdades deixadas pela escravidão e, a partir disso, precisaram ser formados novos quilombos, além dos que já existiam, para conseguir abrigar o maior número de ex-escravizados possíveis.

Muitos negros buscaram refúgios nos quilombos já que a abolição não teve o condão de combater as profundas desigualdades deixadas pela escravidão. Formaram-se mais quilombos no pós-abolição, do que durante a escravatura. Como não havia onde conseguir trabalho, nem foi garantido o acesso à terra, coube aos negros, expulsos das propriedades onde foram escravizados, invadir terras diversas (públicas e privadas) para garantir a sobrevivência, fosse pela subsistência alimentar, fosse pela resistência contra o 121 aparato bélico formado para combatê-los, exatamente por não terem como se encaixar na realidade brasileira. (NUNES, 2018, p.120-121)

Os libertos buscavam melhores condições de vida, porém os senhores os colocavam como insolentes para que assim pudesse de alguma forma ter seus antigos escravizados em mãos. Por isso a visão que a sociedade tinha dos antigos escravizados era de marginais (SILVA, 2022). Devido à falta de acesso a direitos básicos e a falta de uma reforma agrária, muitos ex-escravizados passaram a se submeter a trabalhos com baixa remuneração, pois não tinham grandes oportunidades e desta forma levavam uma vida precária.

O racismo estrutural presente na sociedade é uma consequência desse período de abolição. As leis que deveriam ter sido pensadas em prol dos negros se apresentavam enquanto um instrumento capitalista, uma vez que essas leis não protegiam os negros, e beneficiavam os brancos donos das terras que estes eram escravizados.

## **2.2 Formação econômica-social brasileira: a relação do racismo com a manutenção das sociedades de classes brasileira**

Para compreender a relação do racismo com a manutenção da sociedade de classe, é necessário compreender o que é o racismo. Segundo Rocha (2016) racismo é a crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação fundada na ideologia de dominação.

Porfírio (c2022), afirma que existem três formas de racismo:

Quando há crime de ódio ou discriminação racial direta: essa forma de manifestação do racismo é mais evidente. Trata-se de situações em que pessoas são difamadas, violentadas ou têm o acesso a algum tipo de serviço ou lugar negado por conta de sua cor ou origem étnica.

Quando há o racismo institucional: menos direta e evidente, essa forma de discriminação racial ocorre por meios institucionais, mas não explicitamente, contra indivíduos devido a sua cor. São exemplos dessa prática racista as abordagens mais violentas da polícia contra pessoas negras e a desconfiança de agentes de segurança e de empresas contra pessoas negras, sem justificativas coerentes.

Quando há racismo estrutural: menos perceptível ainda, o racismo estrutural está cristalizado na cultura de um povo, de um modo que, muitas vezes, nem parece racismo. A presença do racismo estrutural pode ser percebida na constatação de que poucas pessoas negras ou de origem indígena ocupam cargos de chefia em grandes empresas; de que, nos cursos das melhores universidades, a maioria esmagadora — quando não a totalidade — de estudantes é branca; ou quando há a utilização de expressões linguísticas e piadas racistas. A situação fica ainda pior quando as ações ou constatações descritas são tratadas com normalidade” (PORFÍRIO, c2022, MUNDO EDUCAÇÃO).

A partir dessa explicação sobre as formas de racismo existentes, pode-se compreender sobre a manutenção do racismo como algo cultural da sociedade.

O Racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra, e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2019, apud, SOUZA, 2021, p.47).

Compreende-se que o racismo a qual ainda é presenciado na atualidade está relacionado com o passado escravocrata brasileiro. Os povos negros escravizados foram submetidos a condições de vida insalubres, miseráveis, violentas e com uma estrutura social diferente da que estavam habituados.

Após a abolição da escravidão, a ausência de políticas públicas e projetos de proteção aos povos escravizados fizeram com que muitos deles permanecessem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade com relação aos brancos.

A abolição, sem a criação de mecanismos para um recomeço de vida e que integrassem a população negra à sociedade livre e baseada no trabalho assalariado, levou essa população a continuar na pobreza, sem trabalho ou com empregos precários, vivendo nas periferias das cidades, afastada dos bairros centrais, sem escolaridade e, por consequência, sem direito a participar da política (REZENDE, 2022, online).

Em 5 de janeiro de 1989 foi promulgada a lei. Nº 7.716/89 chamada de Lei Caó que classifica o racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Porém, no Brasil essa lei ainda é pouco aplicada e geralmente casos de racismo são classificados como injúria racial para que a pena seja mais branda.

De acordo com especialistas, a maior parte dos casos de discriminação racial é enquadrada no artigo 140 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), como injúria, que prevê punição mais branda: de um a seis meses de prisão e multa. Isso significa que, na prática, a pena acaba sendo revertida em cesta básica ou prisões de alguns dias, quando o agressor é preso em flagrante. (ALESSANDRA, 2012, online).

A não aplicabilidade da lei contra a discriminação racial mostra a importância da educação, pois quando não se identifica atos e as falas racistas, tornam-se inexistente as possibilidades da consolidação de uma sociedade antirracista. A falta de conhecimento sobre o racismo também pode ser vista como uma prática de manutenção utilizada para disfarçar a gravidade dos fatos. Por isso, tem-se a necessidade de entender a respeito do assunto e como combatê-lo.

O racismo estrutural no Brasil está presente em vários contextos da sociedade como no acesso a direitos básicos enquanto cidadão, nos relacionamentos pessoais e interpessoais, em locais de trabalho, de socialização, na economia, política e etc. O racismo em si é uma forma de relação de poder entre o opressor e o oprimido.

Em entrevista para Um Brasil (2019) o analista, jurista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Silvio Luiz de Almeida diz: "Não existe racismo que não seja estrutural. Ele é um mecanismo muito complexo que cria, de um lado, vulnerabilidade, e, de outro, poder. Não existe racismo fora de uma relação de poder. Ele depende de estruturas sociais para que a discriminação continue sendo sistêmica".

Pode-se então concluir que o racismo é uma forma de manutenção de poder e opressão e a partir disso vem mantendo pessoas negras subalternas aos brancos. No próximo capítulo, vamos abordar as questões sociais que envolvem o racismo em nossa sociedade e as consequências causadas na juventude negra.

### 3 QUESTÃO SOCIAL E A JUVENTUDE NEGRA

Neste capítulo, pretende-se abordar a “questão social” e a criminalização da pobreza, visto que a “questão social” é parte das grandes transformações advindas do processo da Revolução Industrial. Iamamoto (2004) vai dizer que esse fenômeno trata-se do conjunto de expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura – mediatizadas por relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais. Logo, a pobreza e as desigualdades sociais não são naturais, pelo contrário, são produzidas e reproduzidas pelo sistema capitalista. Behring; Boschetti (2009) vão dizer que a questão social se define como sendo um conflito proveniente das contradições do sistema capitalista, consequência da sua lei geral onde a produção da pobreza é condição para acumulação de capital.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorizada e fragmentada – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 51-52).

Assim, o processo de naturalização da questão social acompanha a transformação de suas manifestações em objetos de programas assistenciais que focam no “combate a pobreza”, que podem pulverizar e fragmentar a questão social, atribuindo unicamente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades.

Nesse sentido, compreende-se que o Estado emprega estratégias que objetivam reduzir as consequências particulares do processo de pobreza, não visando a superação, ao contrário, trabalhando em prol da sua manutenção, construindo políticas focalizadas e seletivas no sistema de proteção social brasileiro. Logo, a pobreza mantém-se expressa na questão social controlada pelas instituições sob direção do Estado.

E também é por este prisma que temos a violência ancorada na superexploração capitalista potencializada pelo Estado, já que este é apenas um objeto de reprodução de uma ordem da qual a violência é componente essencial, tanto da ótica econômica e social, quanto do panorama racial.

Aliás, o mesmo Estado que patrocina e conserva a “desordem” organizada, (por meio dos serviços de segurança pública ao agirem com violência, respaldados no discurso da “guerra às drogas”), realiza a violência racial direta, por meio da letalidade com as vítimas em

confrontos reais ou pressupostos, sendo também esse mesmo Estado, reprodutor de um sistema criado para garantir a concentração de renda, a manutenção das desigualdades sociais e a prática de racismo institucional de forma organizada.

### **3.1 Perfil do público de jovens encarcerados no Brasil**

Nascer negro na sociedade brasileira, não significa ser apenas aspirante a sobreviver nos maiores indicadores de pobreza e carência, ganhar salários baixos, não ter acesso à educação de qualidade, acesso à moradia digna e estar ancorado a condições subalternas. Significa, sobretudo: morrer mais cedo.

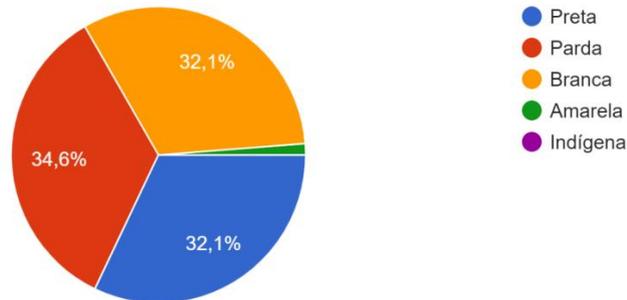
A violência urbana tem se encarregado de encurtar ainda mais a vida dos jovens pobres, sobretudo, negros. Assim, foram utilizados alguns dados do Atlas da Violência (2020) e do Formulário de Coleta de Dados, citados a seguir, que salientaram a análise do perfil do público de jovens encarcerados no Brasil.

Para complementação desta pesquisa foi elaborado um formulário de coleta de dados, com recorte para Belo Horizonte e região metropolitana. Este instrumento foi disponibilizado em diversas redes sociais no período de abril e maio de 2022, a fim de coletar dados do perfil de jovens que já passaram por situação de violência urbana.

Ressalta-se que este formulário de coleta de dados recebeu um alcance de 81 respostas para a contemplação desta pesquisa, a fim de identificar um percentual de violência e vítimas de violência urbana. Dessas 81 respostas, 62,7% das pessoas se autodeclararam negras (pretas e pardas), sendo respectivamente 34,6% pardas e 32,1% pretas. Já os que se autodeclararam não negros (brancos, amarelos e indígenas) somaram 32,1% do total, conforme o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Como você identifica sua raça/cor?

Como você identifica sua raça/cor?  
81 respostas

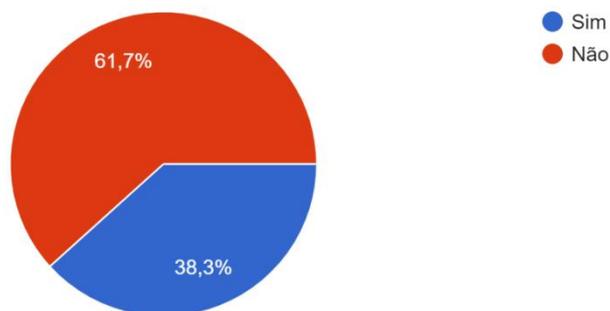


Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Nota-se que, do total deste quantitativo 38,3% das pessoas declararam já terem sido vítimas de racismo, conforme o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Percentual de pessoas vítimas de racismo, com base na pesquisa realizada em Belo Horizonte e região metropolitana.

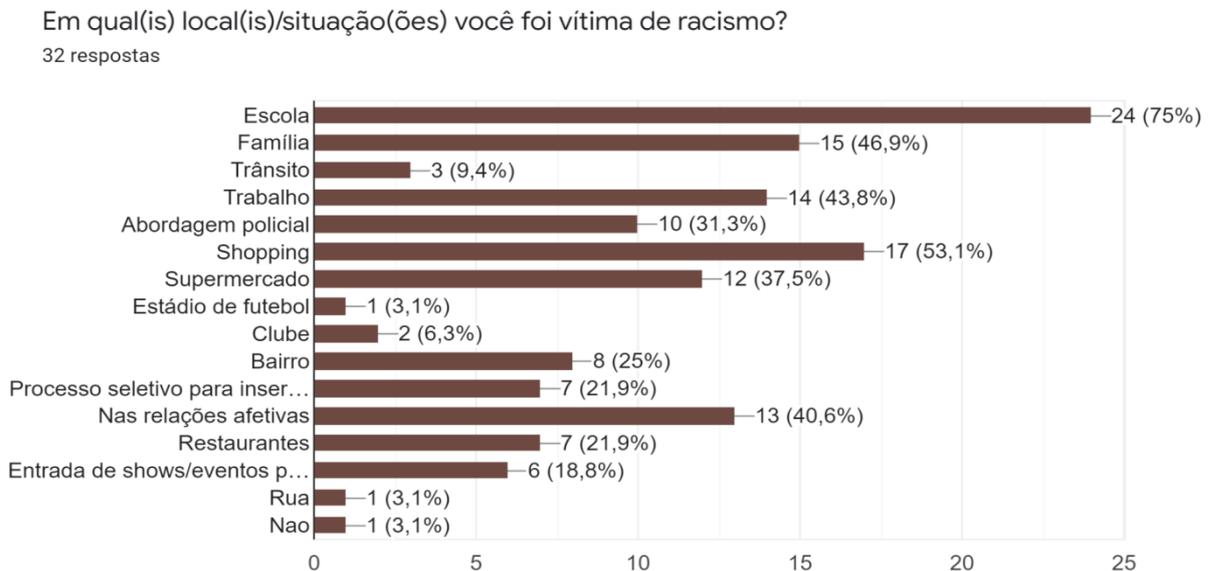
Você já foi vítima racismo?  
81 respostas



Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Do público alcançado, observam-se as localidades e situações em que foram vítimas de racismo, no qual 75% relataram essa experiência em instituições educacionais, local este que tem como função social contribuir para a cultura de uma sociedade antirracista, expressou um número altíssimo de situações predominantes de racismo. Em seguida no comparativo, 43,8% disseram que essas situações ocorrem no trabalho e 31,3% em abordagens policiais, entre outros dados, conforme aponta o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Situações e locais em que as pessoas foram vítimas de racismo



Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Salienta-se que em relação às instituições de segurança pública 31,3% das pessoas relataram situações na qual foram vítimas de racismo por abordagens policiais. Desses entrevistados, 96,3% revelaram não ter feito alguma denúncia para a polícia por ter vivido alguma violência ou discriminação em razão da sua raça/cor.

Esses dados podem nos levar a diferentes análises, que dizem muito sobre o processo de branqueamento<sup>1</sup> do Brasil, que dificulta nosso entendimento para identificação desses episódios, quanto também ao medo ou descrédito na atuação dos órgãos de segurança pública

<sup>1</sup> A tese do branqueamento se constituiu num processo de eugenia, no qual a população brasileira iria “europerizar-se”, a partir de três fatores: influxo de imigrantes; estímulo à miscigenação e abandono da população negra, egressa da escravidão. O Brasil adotava a Europa branca como referência, sua população, no entanto, pouco se assemelhava à europeia, no qual o negro representava aos olhos de boa parte da intelectualidade, o passado e o atraso. Surgiram no século 19 as chamadas teorias científicas do branqueamento, propondo como solução para o problema misturar a população negra com a branca, incluindo os imigrantes europeus, geração por geração, até mudar o perfil “racial” do país, de negro a branco. A título de exemplo, o quadro “A Redenção de Cam”, reverenciado e premiado em sua época, é considerado uma representação visual dessa tese. Literalmente no caso do médico e diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915). No Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911, a pintura ilustrou um artigo de sua autoria sobre branqueamento. Ele assim descreveu a imagem: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”. Conforme o apontamento de Lilia M. Schwarcz: “A saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outra; enfim, prever um modelo racial particular” (SCHWARCZ, 1996, p. 89).

e do Estado que contribui para o racismo institucional e pouco faz para caminhar em direção à erradicação das práticas racistas no país, conforme pode ser observado no gráfico 4:

Gráfico 4 - Motivos que levaram as pessoas a não denunciar a violência ou discriminação vivida

O que lhe fez não denunciar a violência ou discriminação sofrida?

38 respostas

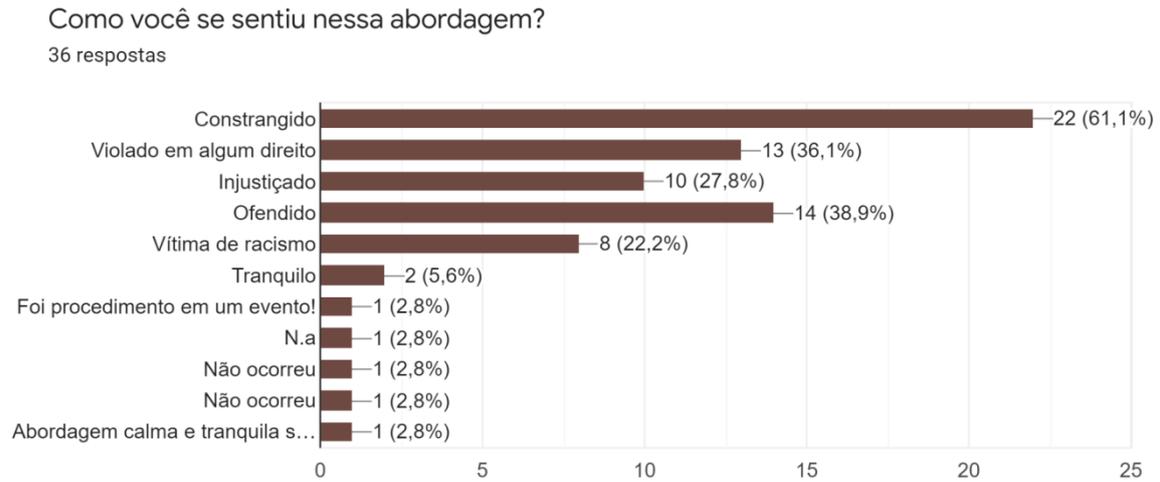


Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Ainda sobre a discussão sobre a discriminação por violência, 40,7% dos entrevistados relataram já ter sofrido abordagem policial, no que se refere ao número de ocorrência desses episódios, 24,3% revelaram que esses fatos ocorreram por mais de 2 vezes. Dos relatos, 11,4% dos entrevistados apontaram ter menos de 12 anos quando lhe ocorreu pela primeira vez, enquanto que, em maior número percentual, 34,3% das respostas evidenciaram ter entre 16 e 19 anos de idade em sua primeira experiência com a abordagem policial.

Percebe-se também que há uma maior atuação das polícias nos bairros de periferia, no qual se constata que 52,8% dos entrevistados apontaram que foram abordados em seus bairros. Há um estigma do “perfil do bandido brasileiro: negro, jovem e morador de favela”. Geralmente, a polícia tem o imaginário do elemento suspeito: aquele com “bigodinho fininho” e “cabelinho na régua” que retrata a cultura negra favelada, a construção do elemento suspeito contribui para a criminalização da juventude negra por meio do estereótipo cultural. São diversos os sentimentos de quem sofre com essas abordagens policiais, como aponta o gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 - Sentimento em relação às abordagens policiais.



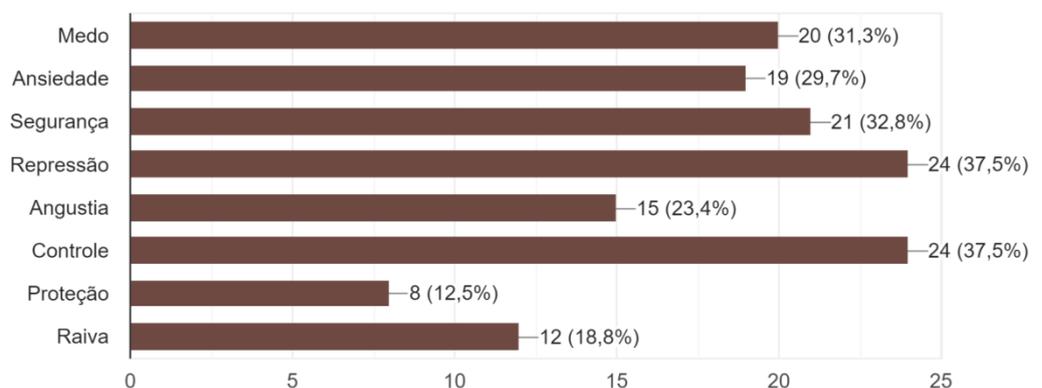
Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Verifica-se que a presença da polícia causa temor na população, que aponta adjetivos relacionados a controle e repressão quando indicam suas percepções. De acordo com o levantamento da pesquisa Datafolha encomendada pelo CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) para o Rio de Janeiro em 2021, negros são os que mais veem pessoas sendo agredidas por policiais (70%) e têm maior proporção de amigos negros presos ou detidos (66%). No que se refere ao formulário de pesquisa aplicado em Belo Horizonte, ao responder sobre a primeira ideia que têm, quando pensam em polícia, as palavras mais comuns são: controle, repressão, segurança, medo, ansiedade, entre outras, conforme se observa no gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 - Percepção sobre a representação da polícia no território de ocupação

Para você o que a presença da polícia representa no território em que você ocupa?

64 respostas



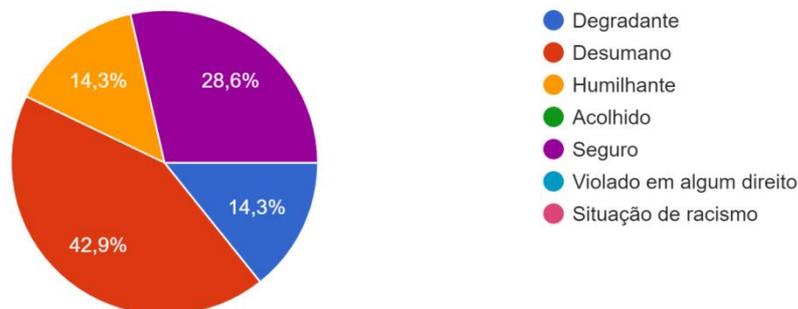
Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Das respostas obtidas no formulário 6,2% das pessoas relataram já ter passado pelo sistema penal, no que se refere ao encarceramento. Ao relatar como foram tratados dentro desses estabelecimentos prisionais, tome nota no gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7 - Tratamento no estabelecimento prisional

Como foi seu tratamento dentro do estabelecimento prisional?

7 respostas



Fonte: Formulário de coleta de dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em plataforma virtual, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, entre os períodos de abril e maio de 2022.

Observa-se com base no formulário que as instituições carcerárias utilizam mecanismos de poder e controle por meio de tratamentos que são, no geral, degradantes, humilhantes e desumanos com os privados de liberdade, contudo, vale mencionar que 28% do público interpreta as instituições carcerárias como um local seguro. As instituições prisionais preexistem para tirar dos indivíduos o máximo de força que conseguirem, por meio do controle dos seus corpos pela privação de liberdade, através de correções, modulações de pena, trabalho com obrigação e direito, reeducados a seguir os costumes das instituições, conforme aponta Foucault, a saber:

[...] Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna [...] a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis [...] (FOUCAULT, 2014, p. 223).

Também como pode ser observado nas contribuições de Davis (2019) “as instituições carcerárias são um dos mecanismos por meio do qual o Estado leva o terrorismo adiante”. Prende-se muito e prende-se mal, no sentido de exercer repressão e controle sobre os corpos, a saber:

[...] é um terrorismo, mas terrorismo como resposta a uma economia política inimaginável. Em vez de tratar dos problemas que afligem tantas comunidades — pobreza, falta de moradia, de saúde e de educação —, nosso sistema joga as pessoas que sofrem desses problemas na prisão [...] (DAVIS, 2019. p. 109).

Portanto, tem-se que a desigualdade racial se expressa de modo contundente no que diz respeito às políticas de segurança pública. Pessoas negras, sobretudo os homens jovens negros são propiciamente mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. É também o perfil predominante da população encarcerada no Brasil, conforme Mapa do Encarceramento, em 2020.

Cotidianamente alguns desses jovens morrem pela mão do Estado, são vítimas da violência do Estado ou tem algum familiar ou pessoa muito próxima que faleceu em decorrência da violência urbana. Por fim, disponibiliza-se abaixo alguns relatos pessoais de pessoas que vivenciaram situações de violência urbana, que se sentiram seguras para relatar suas vivências por meio do formulário:

Vou compartilhar a vivência dentro de um restaurante. A dona do estabelecimento veio a mim dizendo que eu não tinha pagado a conta, ao gritos no meio da rua e no meio disso aproveitou para dizer que "tinha que ser preto mesmo". Um pequeno restaurante no centro de BH, de pessoas e comidas simples. Foi a primeira vez que eu percebi que ela ter vindo até mim nessa situação também não foi um acaso. (ENTREVISTADO, 2022).

A saber:

Apesar de branco sou filho de mãe negra e ex morador de favela, onde já fui vítima por várias vezes de violência policial e ofensas por parte dos mesmos, que por um momento da minha vida me trouxeram revolta e me fizeram trilhar caminhos que não condizem com educação que tive, depois de experiências dolorosas e de muito aprendizado através das mesmas me recompus e me tornei outro homem, mas nunca me esqueço o tipo de tratamento que sofri e que ainda vejo com frequência por parte dos policiais com os jovens de hoje. (ENTREVISTADO, 2022).

E, por conseguinte:

Não aconteceu comigo, mas presenciei, eu e meu namorado fomos a um jogo no mineirão, quando chegou na revista, fiquei esperando por ele e pude perceber que quem fez a revista fez como se ele tivesse realmente levando algo para o jogo que pudessem causar danos, fizeram ele tirar tudo o que tinha nos bolsos, ele estava com minha bolsa que tinha apenas 2 capas de chuva, fizeram ela abrir a bolsa e tirar tudo o que tinha dentro dela para ver se ele não estava levando nada, mas com outros homens (brancos) a revista foi a mais simples, sem precisar levantar camisa ou tirar as coisas do bolso, ele não estava com camisa de time de torcida organizada, estava vestido normal, quando ele saiu da revista comentei com ele e ele nem tinha se dado conta da diferença de tratamento, porque muitas vezes isso já está naturalizado pra gente, isso pode ter ocorrido outras vezes e eu nem ter me dado conta, só nesse dia reparei, mas é notório e visível o tratamento diferenciado por causa da cor, meu namorado é preto e já sofreu abordagens policiais diversas vezes, onde em uma

dessas abordagens o policial fez ele deitar no chão com a arma apontada na cabeça por suspeitar que o carro que ele dirigia era roubado, revistaram ele, o carro e viram que estava tudo certo (documentação em dia e o documento do carro estava em nome do pai dele), meu namorado perguntou para a polícia o motivo da abordagem ser daquela forma e eles informaram que tinha ocorrido um roubo de um carro igual ao que ele estava e eles tinham que verificar, mas sabemos que se tivesse uma pessoa branca dentro do carro o tratamento não seria o mesmo. (ENTREVISTADO, 2022)

Esses depoimentos demonstram uma fração de como a atuação da segurança pública e as instituições de poder podem ser violentas e racistas e nos levam a refletir como a juventude negra sofre com essas questões, sobretudo no que se refere à criminalização da pobreza, conforme elucidada a discussão no tópico a seguir.

### **3.2 Juventude negra e o recorte da criminalização da pobreza**

Ao abordar a temática da criminalização da pobreza precisam-se levar em conta diversos fatores, a título de exemplo, o recrudescimento da justiça criminal que, respaldada pela política proibicionista de “guerra às drogas”, resulta no aumento descontrolado da repressão policial contra populações marginalizadas e do encarceramento em presídios e instituições socioeducativas, principalmente após a aprovação da “Lei de drogas” (Nº 11343), em 2006.

Em suma, o populismo penal midiático e, sobretudo, o judiciário associam favela com o tráfico e nos levam a crer que a violência na favela é uma característica inerente delas e não o resultado sistêmico da desigualdade social. Quando a lei diz que para o juiz determinar se a pessoa é usuária ou traficante, ele deve levar em conta o local e as circunstâncias sociais e pessoais, essa lei contribui para que a criminalização da pobreza seja posta em prática.

Segundo o último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dez anos, a população prisional quase dobrou. Em 2006, eram pouco mais de 400 mil pessoas presas, enquanto em 2017, já eram cerca de 727 mil, sendo 32% presos provisórios, ou seja, sem condenação. O relatório aponta ainda que o tráfico de drogas foi responsável por mais de 60% das prisões de mulheres e 26% do encarceramento de homens.

Assim, em nome do “combate às drogas”, milhares de pessoas são privadas de liberdade e mortas todos os anos no Brasil, sobretudo negros, jovens com baixa escolaridade e moradores das periferias, ainda que os maiores registros de porte e consumo de drogas no

país sejam, respectivamente, entre brancos e com ensino superior completo, de acordo com o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (LNUD).

A título de exemplo, pode-se citar o caso emblemático do Rafael Braga, que foi noticiado em todas as mídias de 2013, vítima da seletividade penal. Participante de um protesto onde foi preso, Rafael é condenado por porte ilegal de artefato incendiário e por associação ao tráfico de drogas, pois tinha consigo nove gramas de substância ilícita.

Mas afinal, o que é a criminalização da pobreza? Santos nos afirma que:

O processo de criminalização, nos componentes de produção e de aplicação de normas penais, protege seletivamente os interesses das classes dominantes, pré-seleciona os indivíduos estigmatizáveis distribuídos pelas classes e categorias sociais subalternas e, portanto, administra a punição pela oposição de classe do autor, a variável independente que determina a imunidade das elites de poder econômico e político e a repressão das massas miserabilizadas e sem poder das periferias urbanas, especialmente as camadas marginalizadas do mercado de trabalho, complementada pelas variáveis intervenientes da posição precária no mercado de trabalho e da subsocialização – fenômeno definido como administração diferencial da criminalidade. (SANTOS, 2008, p 126).

O panorama se dá em compreender que aquele que não se enquadra nos moldes do sistema capitalista, vive na ociosidade, na beira da suspeita e da criminalidade. Aos jovens negros e periféricos, em sua maioria, com dificuldades de se inserir no modo de produção, correm o risco de sofrer com a repressão do Estado.

Nesse sentido, a criminalização da pobreza reflete diretamente na forma de vida da juventude negra direcionando esses sujeitos para o encarceramento ou para o extermínio, Oliveira Filho (2016).

Ainda sobre violência e pobreza, vale ressaltar a seguinte colocação:

Excluídos, consumidores falhos, o fato é que essa categoria de pessoas é lançada num processo desumano de luta por sobrevivência e recuperação da dignidade perdida pelos maus-tratos da miséria e da segregação. E, no cotidiano dessa luta, não poucos adentram no universo do processo de criminalização da pobreza. Segundo, no sentido da produção de criminosos de fato, aqueles que acabam se enquadrando nos diversos artigos do Código Penal, muitas vezes devido à situação de marginalidade e exclusão em que foram destinados a viver (BAUMAN, 1999, p. 201)

Essa contribuição teórica nos faz compreender que a cada dia cresce a trajetória do jovem nos processos de cumprimento de medidas penais em regime fechado ao qual são introduzidos a todo custo numa dinâmica desumana, onde a luta pela sobrevivência correlaciona-se à miséria e à segregação.

O pano de fundo desse cenário ocorre em decorrência de diversos fatores relacionados ao longo processo histórico do Brasil colônia, desde sua entrada ao sistema capitalista até os dias atuais. No que diz respeito ao crescimento do modo de produção capitalista, as desigualdades sociais crescem, as jornadas de trabalho nos moldes atuais de uberização e desproteção se intensificam, e as negações de acessos às condições básicas de vida validam a perversidade das reproduções do sistema capitalista.

Nesse sentido, a exploração do trabalho alinhada ao retrocesso dos direitos sociais, acompanhado do crescente desemprego, implica vigorosamente na vida dos trabalhadores e de suas famílias, elevando a falta de acesso aos direitos básicos, tais como moradia, alimentação adequada, saúde, educação de qualidade, cultura, etc. Essas relações apontam o crescimento da desigualdade social no Brasil, como menciona Iamamoto, (2012).

O retrocesso no emprego, à distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (...) cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas (IAMAMOTO, 2012, p. 147).

Ressalta-se que o estado burguês utiliza de expressões que culpabilizam e responsabilizam as pessoas individualmente, se valendo do discurso da meritocracia, por exemplo. Para controlar a ordem capitalista vigente a burguesia utiliza de mecanismos como o da violência, exteriorizada, sobretudo, no encarceramento em massa da população negra e pobre.

O discurso de guerra às drogas, instituído pelo Estado brasileiro, se movimenta no sentido da violência e extermínio da população marginalizada, a saber, pobre e preta. Pode-se dizer que é uma guerra direta à pobreza, visto que a população negra está na liderança dos índices de pobreza. Esse cenário se comprova por meio dos dados do Atlas da Violência (2020), a qual expressa que os negros são a parcela da população com a maior taxa de morte por homicídio, essas populações, em sua maioria, estão em situação de violação de direitos e vulnerabilidade social e econômica no país.

Diante desta conjuntura, nota-se que o Estado da dominação burguesa prioriza mais o investimento em segurança pública, no sentido do policiamento e prisões em flagrante do que o investimento em educação, lazer, saúde, cultura e habitação, entre outros direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1998. Até os dias atuais, os governos a serviço do capital não atuaram no sentido de erradicar a pobreza, ao contrário, criminalizam-na, em especial a

juventude negra, das mais variadas formas, por meio de discursos ideológicos racistas e violentos.

Nesse sentido, Achille Mbembe, filósofo camaronês, deixa sua contribuição sobre a maneira como as instituições do Estado dominante decidem quem vive e quem morre no Brasil:

A necropolítica é o uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar, por meio de ações ou omissões (gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência, em condições de vida precárias, por exemplo), quem pode permanecer vivo ou deve morrer. (MBEMBE, 2018, p.80).

Sobre essa ótica a necropolítica se dá na forma de pensar a dominação e a gestão do Estado, a partir do momento em que o capitalismo se estabelece dentro do seu parâmetro neoliberal. Tem-se que esse conceito está diretamente relacionado ao modo de estabelecimento de uma nova matriz no espaço temporal para lidar com os efeitos da crise, o que conseqüentemente, implica diretamente na morte de pessoas negras como um efeito ou um sintoma disso.

Pode-se dizer que a maior expressão de gestão necropolítica de massa no Brasil seja a política de encarceramento, pois essa tem como objeto principal a juventude negra, visto que, o Brasil ocupa a 3ª posição no ranking de países com mais presos no mundo, considerando o número absoluto de detentos, de acordo com os dados levantados pelo Monitor da violência do G1, em 2020.

Os dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (INFOPEN), também apontam que os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira, e no mesmo período analisado, no quesito raça/cor informam que 58,4% dessa população era negra. Em suma, essa gestão necropolítica permite que corpos negros morram pela mão das forças do Estado, ao mesmo tempo em que permite que outros morram pela ausência desse mesmo Estado.

Por conseguinte, é importante compreender essas problemáticas como parte da questão social, entender que quando um jovem é marginalizado e culpabilizado por sua origem social, este cumpre uma função social. Essa marginalização é pautada no racismo, ao ser direcionado recorrentemente para um público específico, bem determinado no imaginário social.

A marginalização dessa camada social é estruturada sobre a organização do Estado que na sua gestão e dominação permite a perpetuação da pobreza sobre os corpos da classe trabalhadora, sobretudo os corpos negros.

### **3.3 Encarceramento da juventude negra, extermínio e abordagens violentas no âmbito da segurança pública**

A questão da segurança pública tornou-se um dos temas mais graves, controversos e desafiadores nas últimas décadas no Brasil. Atualmente, o medo de ser vítima de um ato de violência é algo constante na maioria das cidades brasileiras, principalmente nas periferias e grandes centros urbanos. Marilena Chauí (1985), ao problematizar a questão da violência, assim a apresenta:

Em primeiro lugar, como conversão e diferença de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Quando se aproxima a discussão da questão racial na produção social de violência percebe-se que ainda é um tema invisível para o debate público, mas que, aos poucos, vem ganhando força por meio de produções de dados concretizados por diversas instituições, que colocam a pauta em questão. Assim, o Mapa da Violência, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, o Mapa do Encarceramento, citados a seguir, salientaram a análise dos atributos raciais de vítimas de violência, de indivíduos encarcerados e de operadores da segurança pública.

Em período recente, os dados apontam que estamos diante de um extermínio da população jovem, sobretudo, jovens negros, que são as principais vítimas da violência letal. De acordo com o atlas da violência de 2018, a taxa de homicídios de homens negros chega a 40,2% já a de homicídios de homens não negros esse índice é de 16% .Já no período de dez anos, entre 2006 e 2016, o aumento registrado foi de 23,1%. O número de mortes violentas é também um retrato da desigualdade racial no país, onde 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas, com baixa escolaridade e não possuem o ensino fundamental concluído. A figura 1 demonstra esses percentuais.

Figura 1 - Atlas da Violência 2018.



Fonte: Atlas da Violência, 2018.

Ainda de acordo com o Mapa da Violência, o que se observa é um aumento espantoso de mortes violentas no país. Das 61.283 mortes violentas ocorridas em 2016 no Brasil, a maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos). As mortes violentas no país subiram 10,2% entre 2005 e 2015. Mas, entre pessoas de 15 a 29 anos, a alta foi de 17,2%.

A violência letal intencional no Brasil cresce contra negros (pretos e pardos) e regrida contra não negros (brancos, amarelos e indígenas), a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%. No mesmo período, a taxa entre a população negra saltou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006. Esse quadro é ainda mais aterrador para a juventude negra: 77% dos jovens assassinados no Brasil são negros.

De acordo com o índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ), a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), entre 2015 e 2016, dos 5.896 boletins de ocorrência de mortes, decorrentes de intervenções policiais, identificou-se que 76,2% das vítimas são negras (excluídos os casos em que não havia identificação de raça/cor da vítima).

Não são raras as ocorrências de denúncias direcionadas a policiais militares sobre ações violentas, de abuso de poder e uso desproporcional da força. São recorrentes as

violações aos direitos humanos: a prática de tortura, de execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais por agentes de segurança e por grupos de extermínio, dentro e fora dos presídios, justificadas pelos famosos “autos de resistência” (medidas administrativas que autorizam os agentes públicos e seus auxiliares a justificarem, sem maiores formalidades, os meios letais utilizados na abordagem e atuação contra cidadãos suspeitos de cometerem crimes).

Dessa maneira, são inúmeros os mecanismos que contribuem para situações de segregação dos jovens negros que nos provoca a refletir sobre o papel do Estado e as interfaces que são produzidas no interior das práticas de segurança pública. Conforme aponta Borges:

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento mais do que perpassado por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. (BORGES, 2018, 16)

Portanto, é necessário avançar na discussão sobre a manutenção do controle social e do papel de segregação que as prisões promovem. Conforme aponta Alexander (2018), sobre o sistema de justiça: “Não se trata da prevenção e punição do crime, mas sim da gestão e do controle dos despossuídos”

A partir do neoliberalismo, além do desmonte das políticas sociais, nota-se que diante desse contexto se apresentam respostas repressivas por parte dos poderes constituídos. De acordo com Borges: “Nosso pensamento é condicionado a pensar as prisões como algo inevitável para quaisquer transgressões convencionadas socialmente. Ou seja, a punição já foi naturalizada no imaginário social”. (BORGES, 2018).

Com base nessa realidade questiona “as prisões estão sendo espaços de real ressocialização como se propõe?” (BORGES, 2018). Para a autora, sob esse panorama, as políticas de segurança segregadoras e repressivas são reforçadas na dinâmica social, dificultando ainda mais os meios de organização e resistência da juventude negra aos níveis de expropriação dos direitos. Processo este que repercute na existência de espaços de exclusão e da margem da seletividade do sistema penal.

A vista disso destaca-se também o papel coercitivo do Estado com políticas de controle punitivo na contramão de um processo penal democrático, na qual não há garantias

processuais, direcionadas ao público em questão. Diante dessa conjuntura, o racismo tem um grande papel no índice de encarceramento e o Estado, no que diz respeito à juventude negra, tem atuado para a fabricação de iniciativas voltadas à punição.

Utilizam-se técnicas e desenvolvem-se aparatos meticulosamente planejados para a execução dessa política de desaparecimento e de morte. Ou seja, não há, nessa lógica sistêmica a intencionalidade de controle de determinados grupos sociais. O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio. (BORGES, 2018, p.23).

Ressalta-se que, diante do atual autoritarismo presente na sociedade brasileira, compreende-se que o racismo é uma prática institucionalizada, e que devido a isso, “a guerra às drogas é central no genocídio da população negra brasileira” (BORGES, 2018). Logo, é muito importante perceber que em termos de direitos o Estado tem atuado com retornos conservadores no que se refere ao enfrentamento às expressões da violência, expandida ainda mais as desigualdades sociais.

Nesse sentido, Borges (2018) considera que:

Esta situação de ambiguidade em relação à escravidão demonstra o Direito e Justiça Criminal sendo constitutivos do escravismo e, portanto, espaços de reprodução do racismo, da criminalização e extermínio da população negra e não um mero aparato perpassado pela ideologia racista. (BORGES, 2018, p.71).

Portanto, entende-se que a violência está diretamente relacionada à estrutura social e reproduz-se no cotidiano de diversos grupos, contudo, tem se mostrado ainda mais presente no cotidiano da juventude negra. Diante dessa compreensão as políticas de segurança pública na conjuntura do Brasil são criadas para servir aos interesses neoliberais e operam, ostensivamente, para a manutenção do racismo de Estado.

Assim, tem-se que a organização política e econômica da sociedade brasileira contribui com a manutenção do racismo no tecido social, no qual, percebe-se um aumento das violências diversas cometidas contra a juventude negra e periférica, o que reforça a ideia de que as funções democráticas não estão sendo conduzidas pelo Estado.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018), entre 2014 e 2017 as taxas de letalidade da polícia aumentaram em 21 estados brasileiros, enquanto a vitimização de policiais diminuiu ou se manteve inalterada em 16 estados da Federação. Em Minas Gerais, houve um aumento de 27,8% nas mortes cometidas por policiais nesse período. Isso demonstra que, diferente do discurso da grande mídia, não há uma guerra, mas sim uma

política de genocídio da população negra e pobre, especialmente das juventudes. O desaparecimento de pessoas em abordagens policiais também é recorrente.

Mesmo que ainda seja necessária a ampliação da discussão em torno dos temas, é preciso atentar para a urgência de mudanças efetivas diante do alarmante quadro de violência a que se chegou. É necessário cessar a violência sofrida por jovens em decorrência da perversidade desse sistema, o que passa necessariamente pela humanização dos agentes de segurança pública e pela construção de Políticas Públicas de Segurança fundadas nos Direitos Humanos.

## **4 ANÁLISE SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO A APROXIMAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL**

Neste tópico será abordado o contexto sócio histórico do serviço social em relação à aproximação da profissão com a questão racial. Será realizada uma reflexão crítica sobre a violência urbana e a sua relação com o racismo. Por fim, será categorizada a contribuição profissional dos(as) assistentes sociais na atualidade relativas às lutas contra o racismo e contra o fim da violência urbana direcionada ao jovem negro, bem com possíveis caminhos a serem seguidos para o seu combate.

### **4.1 Contexto sócio histórico do profissional de serviço social e sua aproximação da questão racial**

Para compreender o contexto sócio histórico do serviço social é necessário entender o surgimento da questão social e as suas expressões na sociedade. Imamoto (2005) pontua que o aparecimento da “questão social” diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Ela está intrinsecamente ligada ao processo de implantação da industrialização e o estabelecimento da contradição entre a burguesia e o proletariado, ou seja, a contradição existente entre a classe dominante e a classe dominada. Neste contexto se tornam expressivos os problemas trazidos pela questão social. Imamoto ressalta que:

[...] a questão social expressa, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais. Entretanto acredita-se que a questão racial não só mediatiza a questão social no Brasil, como ela ganha novos contornos, isso porque, é na construção da ideologia racista que se assenta o Brasil [...]. (IAMAMOTO, 2005, p.116, grifos nossos).

Para a presente pesquisa, é importante compreender que a questão social não pode ser desvinculada da questão racial, uma vez que, a questão racial se constituiu (e se constitui) como o nó que amarra a questão social. Desatá-lo é tarefa urgente para edificar um mundo sem exploração capitalista de classe e sem opressões de quaisquer naturezas (GONÇALVES, 2018).

O desdobramento da questão social está vinculado à questão da formação da classe operária e sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. (IAMAMOTO, 2005, p.126)

A exploração abusiva que a classe trabalhadora estava submetida desencadeou uma luta expressiva por esta classe para conquistar melhores condições de trabalho e de vida.

Iamamoto (2005) aponta que para a burguesia, esta luta era considerada uma ameaça aos seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem política”. Impõe-se a partir daí a necessidade do controle social e da exploração da força de trabalho. O Estado junto à burguesia, com o apoio da Igreja Católica conduz as primeiras iniciativas de organização da intervenção social, que a princípio é fortemente ligada ao viés do controle social e da caridade. A partir disso, a burguesia teve a necessidade de realizar uma intermediação entre o Estado e a classe trabalhadora que favoreceu os seus ideais e contribuiu para a manutenção da sociedade capitalista. O surgimento do Serviço Social no Brasil aconteceu no início da década de 1930. A implantação da profissão se deu no meio deste processo histórico.

À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe. (EURICO, 2013, p.290)

No que diz respeito à questão racial e a população negra brasileira:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial. (GONÇALVES, 2018. p.515)

Faz-se necessário frizar que os negros foram inseridos tardiamente no mercado de trabalho, uma vez que a política eugenista do Estado privilegiou imigrantes para compor a classe trabalhadora e não os ex-escravizados presentes no território brasileiro. Não tiveram igualdade de oportunidade para se estabelecerem como cidadãos de direitos na sociedade.

De acordo com o discurso dominante proclamava que estes(as) ex-cativos(as) não eram qualificados(as) o suficiente para ajudar a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista. Aqui se consolidaram as ideias racistas que ganharam status de verdadeira ciência no século XIX. Em consonância com as teorias raciais, nestes trópicos, os racistas sentiam-se desconfortáveis com o traço mais característico da população brasileira, um defeito de cor, que, segundo tal ciência, representava um grande obstáculo podendo levar o País à tragédia da degeneração. Atento e parte fundamental deste desconforto, o Estado brasileiro não hesitou em implementar uma inescrupulosa política migratória. O argumento era grotesco: importar mão-de-obra apta ao novo processo de produção resolveria o problema da falta de trabalhadores

(as) qualificados (as) e, ao mesmo tempo, evitaria a degenerescência da nação branqueando-a (GONÇALVES, 2018, p.516, grifos nossos).

Até meados dos anos de 1960, a profissão atuou na perspectiva fenomenológica, positivista e funcionalista que se caracteriza pela descrição filosófica dos fatos, dessa forma, esses profissionais naturalizaram a situação da população negra brasileira. Tais teorias se fundamentam na culpabilização do indivíduo, de maneira que o fazia acreditar que a situação a que estava submetido era apenas de sua responsabilidade. Essa lógica parte do princípio liberal, que utiliza o discurso de meritocracia para sustentar seus ideais, como se todos tivessem as mesmas oportunidades e escolhas neste modelo econômico. A meritocracia, por sua vez, é apenas um mito e a sua naturalização nas relações sociais agrava as expressões da questão social.

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar. Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social. (EURICO, 2013, p.295)

Nos anos de 1964 ocorreu o golpe militar no Brasil. Este regime violou diversos direitos dos cidadãos brasileiros e deslegitimou a democracia. As ações que o governo militar passou a ter com a população censurava a liberdade de expressão, torturava quem tentava ir contra o governo e proibia o direito de ir e vir, dentre inúmeros crimes que foram cometidos contra a humanidade nesse período.

O contexto da ditadura trouxe inúmeros questionamentos para a categoria profissional, o assistente social passou a refletir sobre as relações sociais à luz da teoria marxista. A atuação profissional passa por um processo de autocrítica e se reconhece como classe trabalhadora. Além disso, os movimentos sociais se consolidam nesta época. O movimento negro surge com o objetivo de lutar por reparações históricas, igualdade social, dignidade de sobrevivência e a garantia de seus direitos.

Essas várias modificações e determinações sócio-históricas consolidam um Serviço Social maduro, na década de 1980, entre elas a incorporação de uma análise crítica orientada pela herança marxista que permite uma apreensão do movimento de transformação da realidade social. No interior desse processo são criadas as condições para a compreensão teórico-metodológica do significado do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, desvelando o seu caráter político, ou seja, o fato de que não há neutralidade no trabalho do assistente social. (EURICO, 2013, p.292. grifo nosso).

Apesar dos retrocessos, a ditadura, no entanto, foi determinante para a reflexão e autocrítica do serviço social em sua intervenção profissional. Esse processo fez com que a

teoria base para atuação profissional passasse a ser antagônica à teoria conservadora / fenomenológica e positivista vigente até então.

O período que corresponde às décadas de 1970 a 1980 marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando *projeto ético-político*. (NETTO, 1999. p.1)

Esta época vislumbra um momento muito importante e necessário para a profissão, marcado pelo fato do assistente social a partir desse contexto realizar sua intervenção de acordo com a teoria social crítica que, segundo Netto (1999) se refere à tradição marxista. Esta atuação possibilita uma ruptura com o conservadorismo e se fundamenta na análise da lide sociológica do problema e não apenas o que está posto superficialmente. Uma das principais diferenças do serviço social crítico em relação ao conservador é que o profissional passa a lidar com o indivíduo em seu contexto sociológico e não de forma individualista e meritocrática. Nesse sentido, a abordagem dos recortes de raça/cor passa a fazer parte do debate da categoria profissional.

O serviço social passa a ser uma profissão que compreende o ser em sua totalidade e seu exercício profissional é baseado neste princípio. Portanto, para realizar sua intervenção na vida cotidiana do indivíduo, faz-se necessário que este profissional compreenda e analise todas as nuances do contexto de vida que compõem este ser. No entanto é preciso salientar que mesmo havendo essa ruptura com o conservadorismo, infelizmente muitos profissionais ainda atuam nessa lógica na atualidade.

De acordo com a teoria social crítica é preciso olhar diretamente para o problema da desigualdade racial. De acordo com Junior (2013):

[...] é preciso deixar de escamotear a questão racial apenas como uma questão decorrente somente da desigualdade socioeconômica. Isso porque, se o único problema de desigualdade no Brasil se remetesse ao fosso entre pobres e ricos, que convenhamos é um abismo, haveria uma representação paritária de negros tanto nas classes populares quanto na classe dominante.

Por esse motivo, é importante manter um olhar crítico e reflexivo em relação ao racismo no Brasil. O código de ética do serviço social de 1993, que sustenta a atuação profissional, contribui para que este um olhar seja efetivado, pois tem o compromisso de garantir justiça social e a integridade dos indivíduos.

O Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social. (EURICO, 2013, p.293)

Nesse sentido, compreende-se que o Serviço Social passa a ter um olhar crítico para a questão racial apenas quando rompe com suas origens conservadoras/positivistas e passa a atuar baseada na teoria social crítica. São notáveis os desafios e complexidades que abrangem a profissão, mas também do mesmo modo, é visível que a intervenção do assistente social é de suma importância para a contribuição na luta relativa à questão racial.

Gonçalves, (2018), salienta que a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. Deste modo, a questão social, objeto de trabalho do assistente social, não deve ser vista separada da questão racial. Uma contribuição importante do assistente social é usufruir da sua dimensão investigativa operativa para compreensão e intervenção dessa questão.

A complexidade das relações raciais no Brasil revela o campo de disputas em que o Serviço Social é chamado a intervir, pois o projeto ético-político que orienta o trabalho profissional do assistente social é portador de uma direção social na perspectiva da emancipação dos sujeitos coletivos. (EURICO, 2013, p.290)

A partir disso, compreende-se que o serviço social tem a urgência de ter uma atuação que contribua com a emancipação dos negros e que colabore para a reparação histórica desta população e a sua garantia e efetivação dos seus direitos.

#### **4.2 A atuação profissional dos (as) assistentes sociais na atualidade relativas às lutas contra o racismo e o fim da violência urbana contra o jovem negro**

As relações sociais no que tange a questão racial são muito complexas. O racismo no Brasil é estruturante e estrutural e este determinante na estigmatização e marginalização da população negra. Esta sofre de forma mais intensificada com as expressões da questão social. Exemplo desta situação são os impactos da violência urbana no cotidiano da população negra. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que o número de negros atingidos pela violência urbana é maior que o número de não negras.

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100

mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. (CERQUEIRA et al, 2021, p.49)

Os dados apontam as marcas do racismo brasileiro e os impactos na população negra. Raimundo (2014) p.122 sinaliza que a violência praticada no Brasil, ao longo da sua formação, aglutinou atos desumanizadoras, mediante ações cruéis de dominação e coisificação.

Os/as jovens negros/as são as maiores vítimas de homicídios no país. A Invisibilização e naturalização dessas mortes revelam que o “silêncio” existente não se configura, apenas, em omissão, fato este que já seria grave violação de direitos humanos, mas, sobretudo, em ação, ou seja, ação de consentir, de permitir, de deixar matar e deixar morrer. (ROCHA, 2016, p.7)

Desse modo, entende-se que violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos diversos grupos e, especificamente, no cotidiano da juventude negra.

A violência urbana está relacionada a assassinatos, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra as pessoas. Expressa-se na brutalidade da vida, da pobreza, nas carências, na marginalização, no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação na humilhação e na discriminação. A violência urbana caracteriza-se como violência social e traz traços profundos da violência estrutural. Os dados têm demonstrado que a juventude negra, na atual conjuntura, tem sido vitimada por diversas expressões da violência, destacando-se a violência urbana, a segregação sócio espacial e o racismo, entendidos como violências sociais. (RAIMUNDO, 2014 p.124)

É perceptível que a maioria dos jovens que sofrem violência urbana são negros. Para visualizar este recorte se faz necessário uma leitura da totalidade do contexto brasileiro a qual a violência urbana está inserida. Nesse sentido, é de suma importância a atuação do assistente social junto às reivindicações da população negra, pois a formação deste profissional permite a leitura desta totalidade.

De acordo com Rocha (2016), é no âmbito da defesa de direitos que a/o profissional de Serviço Social é convocada/o a intervirem. Nesse sentido, ainda segundo o autor, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores

emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal.

A luta contra o racismo, a homofobia, o machismo, é uma exigência ética e política para a atuação profissional, pois se trata de uma luta em defesa da igualdade e, portanto, uma luta que contribui para o desenvolvimento particular de determinadas orientações de valor que são fundamentais e necessárias para o enfrentamento da desigualdade e da barbárie produzidas pela sociabilidade burguesa. (BRITES 2011, apud, ROCHA, 2016, p.7 e 8).

Para Raimundo, (2014) p. 119 o/a jovem negro/a são sujeitos de direitos e que, na atualidade, têm tido vários dos seus direitos violados. Ainda segundo a autora:

[...] as situações de violência vivenciadas pela juventude negra no seu cotidiano são expressões de processos históricos, que têm como determinação a ação da ordem capitalista vigente, como também as relações sociais de raça, que, no caso do Brasil, assumem certas particularidades. (RAIMUNDO, 2014, p.120).

Nesse sentido, Yamamoto (1999) p. 19 apud Raimundo (2014) p. 120 ressalta que [...] essa questão é relevante para o Serviço Social, pois este possui “o compromisso de, na contemporaneidade, estar de olhos abertos para o mundo, num esforço de decifrá-lo e participar da sua recriação”. Além disso, a profissão tem o compromisso com a população negra a partir de seu projeto ético político que busca a justiça social.

Raimundo, (2014), grifos nossos, aponta que estudar a questão racial e aprofundar sua compreensão é uma necessidade pulsante para a profissão, visto que o(a) Assistente Social tem o dever de, no seu espaço sócio-ocupacional, “[empenhar-se] para eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 1993, p. 3).

Trazer para os espaços de reflexões do Assistente Social a questão da violência no cotidiano da juventude negra, numa perspectiva crítica, é desafiador, haja vista que o desvelamento desse objeto demanda apreender tanto as manutenções e reproduções das situações vivenciadas como as formas de resistência assumida. (RAIMUNDO, 2014, p. 121)

Raimundo, (2014) ressalta que o cotidiano da maioria da juventude negra expõe facetas da miséria do próprio sistema capitalista. É nesse espaço contraditório que se desenvolvem as relações sociais geridas a partir de uma organização desigual e, muitas vezes, perversa.

Questionar sobre os espaços de violência, fortalecimento e resistência dessa população é uma ação muito importante para os profissionais que atuam na intervenção deste público. O profissional de serviço social possui a possibilidade de potência na escuta, sendo assim torna-

se necessário exercer esta escuta nos espaços sócio-ocupacionais de atuação profissional para acolher a população negra e contribuir para a transformação de sua realidade.

Raimundo, (2014), grifos nossos, atenua que os assistentes sociais e demais profissionais devem perguntar qual é o espaço em que a juventude, diversa por natureza, sofre toda sorte de violações de direitos e qual é o espaço que esses jovens se organizam coletivamente para resistir. A resposta desses questionamentos é essencialmente importante para a elaboração e implementação das políticas públicas e sociais.

[...] os jovens apontam caminhos de resistência no urbano; uma resistência pautada na criatividade, na solidariedade e na coletividade. Perseguindo o desejo de mudança, os jovens negros têm utilizado ferramentas como o grafite, o hip hop, as músicas executadas pelos DJs e MCs para promover a discussão e a articulação, a fim de que possam, de maneira crítica, pensar sua realidade. Através das expressões próprias do hip hop, os jovens falam sobre o seu cotidiano, sobre a realidade vivida. (RAIMUNDO, 2014, p. grifos nossos)

Um exemplo da resistência através da arte é o rapper mineiro Djonga. Gustavo Pereira, homem negro que cresceu na favela do índio, na região de Venda Nova, em Belo Horizonte e trouxe para o rap nacional várias canções que expressam a dura realidade que a população negra periférica enfrenta. A canção “voz” feat. com o rapper Doug Now faz parte das letras que fazem leitura e crítica da realidade como pode lido a seguir:

Hoje eu acordei pela manhã e vi que ainda sou parte desse mundo, onde o que se ganha em meses se perde em um segundo, gente igual a gente morre a mídia omite de acordo com as pesquisas era pra esse som ser só o beat, mas parece que eu não morro, parece que pouparam minha vida pra contar história de morro, de rua e de gorro a noite, madrugada e seus açoites, ouviram toktok com o cabo da Glock [...]

(DJONGA, 2019)

O rapper é um exemplo de inúmeros jovens que têm se refugiado através da cultura e da arte para resistir e buscar uma vida mais digna e justa, eles tem se permitido sonhar com um mundo melhor e mais justo para a população negra. Essas canções tem alcançado milhares de pessoas, sobretudo jovens negros e tem contribuído para que haja consciência de classe e emancipação destes.

São profundos obstáculos frutos das determinações econômicas, políticas e ideológicas que impedem a emancipação da juventude negra. Contudo, até onde é possível, resistem ao que lhes é negado e sonham. O sonho traz em si a capacidade de projetar, estando apto a produzir transformação. Os jovens negros estão sujeitos a um conjunto de negações, no entanto acalentam sonhos que apontam para a afirmação do que lhes é negado. Essa força é potencializada no cotidiano, no seu espaço de vivência, e fortalecida pela memória das lutas dos seus ancestrais. (RAIMUNDO, 2014, p. 131.)

Estimular a resistência desses jovens é contribuir com o processo de emancipação deles. Para isso se faz necessário que o assistente social atue de maneira que oriente esta população em relação a seus direitos e fortaleça os movimentos sociais para efetivação de políticas públicas que contribua para a garantia e efetivação dos direitos da população negra.

De acordo com o site Todos pela Educação (2020) a política pública é um processo (com uma série de etapas e regras) que tem por objetivo resolver um problema público. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a população negra denunciam as discriminações raciais existentes na sociedade e tem como objetivo a reparação histórica deste povo, transformação da realidade e efetivação de direitos que muitas vezes são garantidos pela constituição, mas não eram efetivados até a concretização desta política pública.

As políticas públicas e sociais são essencialmente necessárias para amenizar os impactos da discriminação racial no cotidiano da população negra e o assistente social é um ator importante nessa trama, uma vez que este profissional tem como uma de suas competências profissionais a elaboração e a execução dessas políticas respaldadas pela lei Nº 8662/93.

Art. 4º Constituem competências do(a) Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; (BRASIL, 1993)

Nesse sentido, de acordo com Junior, (2013), grifos nossos, é preciso pensar políticas sociais que venham contribuir para a garantia de direito do jovem negro, há uma urgência em se articular as políticas universais com medidas específicas que dialoguem com este segmento da população. É no bojo desta nossa apreciação inicial que entendemos ser necessária a ampliação da discussão étnico/racial no meio profissional.

O Programa *Fica Vivo!* é fruto das políticas sociais que têm como objetivo a garantia de direito da população negra. De acordo com o Instituto Elo, (2021), grifo nosso:

O cenário de atuação do Fica Vivo! são comunidades carentes com altos índices de homicídios e violência em geral. Para alcançar seu objetivo de transformar essas realidades, o programa de prevenção social à criminalidade trabalha com dois eixos de atuação – intervenção estratégica e proteção social – e três macro objetivos: desenvolver projetos socioculturais para jovens de 12 a 24 anos nas regiões atendidas; problematizar iniciativas de repressão qualificada; e problematizar questões de segurança pública, em especial sobre a letalidade juvenil, chamando atenção para a corresponsabilidade do poder público e da sociedade civil na proteção

social desse público. Tudo desenvolvido a partir dos Centros de Prevenção à criminalidade (CPCs).

Programas como o *Fica Vivo!* é resultado de políticas sociais voltada para a população mais vulnerável, sobretudo os negros. Essas são essencialmente necessárias dentro dos territórios de vulnerabilidade social. Este programa contribui para a resistência e sobrevivência da juventude estigmatizada e marginalizada, sobretudo a juventude negra. A ocupação de assistentes sociais nesses programas igualmente se torna extremamente necessária.

O conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social) tem o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional. Estes se configuram importantes para a sensibilização dos assistentes sociais em relação à temática através da publicação de cadernos e artigos sobre o tema.

[...] os documentos publicados pelo CFESS sobre preconceito racial fortalece a dimensão política da profissão, respaldada pelos princípios éticos de um Serviço Social que não discrimina “por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de Gênero, idade e condição física”, como aponta nosso Código de Ética Profissional. Além disso, essas publicações pretende dar suporte aos/às assistentes sociais, para que se mantenham permanentemente vigilantes em seus posicionamentos éticos e políticos, de modo a transformá-los em ações que combata as diversas manifestações do preconceito, refletidas no moralismo exacerbado e no controle de corpos e mentes, tão presente nas dinâmicas sócio institucionais. (ROCHA, 2016, p.6)

É necessário que o(a) Assistente Social tenha um conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais fundamentais que abrange a população negra brasileira (universalidade), e como estas se organizam naquele determinado momento histórico, para que possam superar as armadilhas que o senso comum impõe em relação à desigualdade racial, está muitas vezes é mascarada pelo mito da democracia racial em detrimento das suas reais causas e determinações.

A efetivação da prática do método de investigação – e mais especificamente, do método dialético na relação entre a universalidade e a singularidade para ser possível apreender as particularidades desta situação e possíveis caminhos para a intervenção.

De posse desse conhecimento, o profissional pode planejar a sua ação com muito mais propriedade, visando à mudança dessa mesma realidade. Assim, no momento da execução da ação profissional, o Assistente Social constrói suas metodologias de ação, utilizando-se de instrumentos e técnicas de intervenção social. A diferença entre método de investigação e metodologias de ação põe uma reflexão fundamental para quem se propõe a construir uma prática profissional competente e qualificada:

são os objetivos profissionais que definem que instrumentos e técnicas serão utilizados – e não o contrário. E esses objetivos, planejados e construídos no plano político e intelectual, só podem ser expressos se o Assistente Social conhece a realidade social sobre a qual sua ação vai se desenvolver. (SOUSA, 2008)

O domínio dessas competências é essencial para uma atuação profissional que contribua para a efetivação do Estatuto da Igualdade Racial, ancorado pela lei Nº 12.288/2010.

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010)

A discussão deste debate, bem como a elaboração de estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito é muito importante para a construção de uma sociedade livre de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe social, racial e patriarcal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, pode se considerar que, a violência urbana contra o jovem negro é um fenômeno que atinge a sociedade brasileira na contemporaneidade e tem relação direta com o racismo. Este, por sua vez, é fruto do processo de colonização do Brasil e da escravização da população negra africana. Essa formação histórica foi a base para que o racismo passasse a ser estruturante e estrutural na sociedade brasileira. A discriminação racial permanece mascarada pelo mito da democracia racial na atualidade e tem afetado diretamente o acesso a cidadania pela população negra. Nesse sentido, compreender a formação sócio-histórica do Brasil é necessário para entender o racismo e as suas consequências para a sociedade.

A formação sócio-econômica do Brasil tem relação direta com o racismo e com a manutenção das sociedades de classes, dessa forma, é preciso entender a questão racial vinculada à questão social. A pobreza e as desigualdades sociais não são naturais, pelo contrário, são produzidas pelo sistema capitalista [...] as situações de violência vivenciadas pela juventude negra no seu cotidiano são expressões de processos históricos, que têm como determinação a ação da ordem capitalista vigente, como também as relações sociais de raça, que, no caso do Brasil, assumem certas particularidades. (RAIMUNDO, 2014, p.120)

A violência urbana está presente no território brasileiro e é acentuada em territórios vulneráveis e periféricos. Esta tem se encarregado de encurtar ainda mais a vida dos jovens pobres, sobretudo, dos jovens negros, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. Portanto, tem-se que a desigualdade racial se expressa de modo contundente no que diz respeito às políticas de segurança pública. Pessoas negras, sobretudo os homens jovens negros são propiciamente mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros.

Além disso, o populismo penal midiático e, sobretudo, o judiciário associam favela com o tráfico e nos levam a crer que a violência na favela é uma característica inerente delas e não o resultado sistêmico da desigualdade social. Assim, em nome do “combate às drogas”, milhares de pessoas são privadas de liberdade e mortas todos os anos no Brasil, sobretudo negros, jovens com baixa escolaridade e moradores das periferias, ainda que os maiores registros de porte e consumo de drogas no país sejam, respectivamente, entre brancos e com ensino superior completo.

Deste modo as instituições do Estado dominante realizam uma gestão necropolítica e decidem quem vive e quem morre no Brasil. Em suma, essa gestão permite que corpos negros

morreram pela mão das forças do Estado, ao mesmo tempo em que permite que outros morram pela ausência desse mesmo Estado.

Por conseguinte, é importante compreender essas problemáticas como parte da questão social, entender que quando um jovem é marginalizado e culpabilizado por sua origem social, este cumpre uma função social. Essa marginalização é pautada no racismo, ao ser direcionado recorrentemente para um público específico, bem determinado no imaginário social. A marginalização dessa camada social é estruturada sobre a organização do Estado que na sua gestão e dominação permite a perpetuação da pobreza sobre os corpos da classe trabalhadora, sobretudo os corpos negros.

Nesse sentido, após análise dos dados acima, ficam algumas indagações para se refletir: A política de segurança pública é pensada na afirmação da dignidade humana das pessoas ou tão somente na defesa do patrimônio e da propriedade privada? Em que medida os direitos humanos entendidos como direitos inatos a toda pessoa humana e que compreende direitos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais, sexuais e reprodutivos para todos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, cor da pele; em que medida a compreensão desses direitos entra na formação dos agentes da segurança pública?

Ademais, considera-se que as políticas afirmativas e de proteção direcionada a população negra é muito importante para diminuir os impactos que este sofre pela discriminação racial. Dessa forma a atuação do assistente social em prol da população é muito importante. É na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social, portanto, esses profissionais precisam manter uma visão crítica e reflexiva para a questão racial.

É necessário que o Assistente Social tenha um conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais fundamentais que abrange a população negra brasileira (universalidade), e como estas se organizam naquele determinado momento histórico, para que possam superar as armadilhas que o senso comum impõe em relação à desigualdade racial, que muitas vezes é mascarada pelo mito da democracia racial em detrimento das suas reais causas e determinações. De posse desse conhecimento, o profissional pode planejar a sua ação com muito mais propriedade, visando à mudança dessa mesma realidade. Assim, no momento da execução da ação profissional, o Assistente Social deve construir suas metodologias de ação, utilizando-se de instrumentos e técnicas de intervenção social.

O domínio dessas competências é essencial para uma postura profissional ética, política, crítica e questionadora em relação à questão racial. O assistente social na atualidade, não realiza as suas intervenções baseadas na moral, mas sim na ética. Ele tem como função analisar a lide sociológica da questão racial e da violência urbana e não apenas o que está posto superficialmente. A discussão deste debate, bem como a compreensão da maneira em que ele se materializa na sociedade é muito importante para a construção de uma sociedade livre de racismo e discriminação em todas as suas formas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 162 p.

ALMEIDA, UM BRASIL. **Racismo é um mecanismo complexo, que cria vulnerabilidade e poder**, por Sílvio de Almeida. Youtube, 16 de ago. de 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=PF0r9DniS\\_E](https://www.youtube.com/watch?v=PF0r9DniS_E)

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Zahar, 1999.

Borges, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 110 p.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

BRASIL. **L8662/1993**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. **L12288/2010 Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL ESCOLA. "**Tráfico negroiro**". Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/trafico-negroiro.htm>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **No Brasil, racismo geralmente é punido como injúria**  
**Fonte: Agência Câmara de Notícias**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/389537-no-brasil-racismo-geralmente-e-punido-como-injuria/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2020**. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em 22 abr. 22.

DAVIS, Angela, 1994 - **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura**; tradução: Artur Neves Teixeira. - 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de senzala**. Disponível em: [https://www.dicio.com.br/senzala/#:~:text=Significado%20de%20Senzala,XVI%20e%20XIX\)%3B%20embala..](https://www.dicio.com.br/senzala/#:~:text=Significado%20de%20Senzala,XVI%20e%20XIX)%3B%20embala..) Acesso em: 24 mar. 2022.

DJONGA, **Voz**, Belo Horizonte: Warner Chappell Music, Inc, 2019. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=voz+djonga&rlz=1C1RLNS\\_pt-BRBR937BR937&oq=voz+djonga&aqs=chrome..69i57j46i512j0i22i3014.4418j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#wptab=s:H4sIAAAAAAAAAAONgVuLVT9c3NMyoMjAwTk4uecRowS3w8sc9YSn9SWtOXmPU5OIKzsgvd80rySypFJLmYoOyBkX4uVB18uxi0ktJTUsszSmJL01MsspOttLPLS3OTNYvSk3OL0rJzEuPT84pLS5JLbLKqSzKTC5exCqYkpWfl56oUJZfpZCTWIKUWAwAfr3gSZEAAAAA](https://www.google.com/search?q=voz+djonga&rlz=1C1RLNS_pt-BRBR937BR937&oq=voz+djonga&aqs=chrome..69i57j46i512j0i22i3014.4418j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#wptab=s:H4sIAAAAAAAAAAONgVuLVT9c3NMyoMjAwTk4uecRowS3w8sc9YSn9SWtOXmPU5OIKzsgvd80rySypFJLmYoOyBkX4uVB18uxi0ktJTUsszSmJL01MsspOttLPLS3OTNYvSk3OL0rJzEuPT84pLS5JLbLKqSzKTC5exCqYkpWfl56oUJZfpZCTWIKUWAwAfr3gSZEAAAAA). Acesso em: 22 abr. 2022.

EURICO, Marcia, Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serviço Social e Sociedade.** 2013, n.114, pp.290-310. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na Infância.** São Paulo: Cortez Editora, 2020. 175 p.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 4ª edição. São Paulo. Ed. Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 380 p.

INSTITUTO ELO. **Ampliando os horizontes do local.** 2021.. Disponível em: <<http://www.institutoelo.org.br/site/noticias/leitura/1141>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA 2020 (Brasil). Ministério da Economia. **Atlas da Violência 2020.** 2020.

JUNIOR, Joilson Santana Marques. **Questão racial e serviço social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de durban.** Periodicos da UFJF. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Teste/Downloads/18261-Texto%20do%20artigo-76389-2-10-20131218.pdf>. Acesso em 06 mai. 22.

GLOBO.COM. **Técnica permite identificar origem de escravos enviados à América.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/03/tecnica-permite-identificar-origem-de-escravos-enviados-america.html#:~:text=Os%20primeiros%20escravos%20africanos%20chegaram,a%20promulga%20a%20Lei%20C%203%2081urea..> Acesso em: 8 mar. 2022.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20racial%20C3%A9%2C%20insistimos,chamada%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20patria%20brasilis>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MENEGAT, Elizete Maria; DE CASTRO BALBINO, Selmara. **Periferia, mercado de trabalho e cor: configurações sócio-territoriais do racismo brasileiro.** Libertas, v. 15, n. 2, 2015.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Limitações da Lei Áurea**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/as-limitacoes-lei-aurea.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Racismo no Brasil**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/racismo-no-brasil.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea**. In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. s/a. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em: 02 mai. 22

NUNES, André Rangel de Souza et al. **130 anos da Lei Áurea: as leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil**. 2018.

RAIMUNDO, Valdecie José. **A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão**. 27, Brasília (DF), temporal, p. 119-138, jan./jun. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Teste/Downloads/diego\\_tabosa,+06-A+VIOL%C3%8ANCIA+NO+COTIDIANO+DA+JUVENTUDE+NEGRA.pdf](file:///C:/Users/Teste/Downloads/diego_tabosa,+06-A+VIOL%C3%8ANCIA+NO+COTIDIANO+DA+JUVENTUDE+NEGRA.pdf). Acesso em: 15 abr 2022.

ROCHA. Roseli. **Série assistente social no combate ao preconceito: racismo**. série assistente social no combate ao preconceito. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia radical**. 3.ed. Curitiba: Lumen Juris, 2008.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Uso e Abuso da mestiçagem da Raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. In: Afro-Ásia, 18, 1996. Disponível em <http://twixar.me/r6LK>. Acessado 20/07/2017.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf> . Acesso em 06 mai. 22.

SOUZA, Jessé. **COMO O RACISMO CRIOU O BRASIL**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. p. 7-304.

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. Atual Editora, 1997.

SUPER INTERESSANTE. **Qual foi o primeiro país a abolir a escravidão?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-foi-o-primeiro-pais-a-abolir-a-escravidao/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TERCEIRO SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE (III SIDIS). **Dilemas e desafios na contemporaneidade. sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade.** Disponível em: [https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT\\_DE\\_LA\\_TAILLE\\_ELIZABETH.pdf](https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf). Acesso em: 22 mar. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O que é uma política pública e como ela afeta sua vida?** Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/>>. Acesso em: 4 jun. 2022.

## FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

Olá! As alunas do curso de Serviço Social do Centro Universitário UNA agradecem o seu interesse em responder o nosso formulário estatístico para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso com a temática "Violência urbana contra o jovem negro: um recorte sobre a atuação do assistente social neste debate".

Esse formulário objetiva coletar dados estatísticos sobre o cenário da violência urbana contra o jovem negro de Belo Horizonte e Região Metropolitana, que serão posteriormente, utilizados para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Estima-se que o tempo para responder todo o questionário seja de 5 a 10 minutos.

---

**\*Obrigatório**

1. E-mail \*

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:**

[https://docs.google.com/document/d/1sTtXb9w4OW3a58xrxgFXJfXR2V\\_ggZvYktOuKH6MAJQ/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1sTtXb9w4OW3a58xrxgFXJfXR2V_ggZvYktOuKH6MAJQ/edit?usp=sharing)

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Declaro que li e que concordo com todos os termos estipulados no TCLE e desejo participar voluntariamente ao responder este formulário.

### Perfil Socioeconômico

3. Você mora em Belo Horizonte ou Região Metropolitana?

*Marcar apenas uma oval.*

Belo Horizonte

Região Metropolitana

Outro: \_\_\_\_\_

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

4. Em qual cidade você mora? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Baldim
- Belo Horizonte
- Betim
- Brumadinho
- Caeté
- Capim Branco
- Confins
- Contagem
- Esmeraldas
- Florestal
- Ibirité
- Igarapé
- Itaguara
- Itatiaiuçu
- Jaboticatubas
- Juatuba
- Lagoa Santa
- Mario Campos
- Mateus Leme
- Matozinhos
- Nova Lima
- Nova União
- Pedro Leopoldo
- Raposos
- Ribeirão das Neves
- Rio Acima
- Rio Manso
- Sabará
- Santa Luzia
- são Joaquim de Bicas
- São José da Lapa
- Sarzedo
- Taquaraçu de Minas
- Vespasiano

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

5. Em qual território você mora? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Barreiro
- Centro-Sul
- Leste
- Nordeste
- Noroeste
- Norte
- Oeste
- Pampulha
- Venda Nova
- Fora da área de abrangência

6. Qual sua idade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 12 - 16
- 17 - 21
- 22 - 25
- 26 - 30
- 31 - 35
- 36 - 45
- 46 - 55
- 56 - 64
- 65 ou mais

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

7. Como você identifica o seu gênero? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sou travesti
- Sou mulher trans
- Sou homem trans
- Sou pessoa não binária
- Sou mulher cis
- Sou homem cis
- Não sabe
- Outro: \_\_\_\_\_

8. Qual é sua orientação sexual? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Lésbica
- Gay
- Bissexual
- Pansexual
- Assexual
- Heterossexual
- Não sabe
- Outro: \_\_\_\_\_

9. Como você identifica sua raça/cor? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Preta
- Parda
- Branca
- Amarela
- Indígena

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

10. Qual é a sua escolaridade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não estudei
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-Graduação
- Outro: \_\_\_\_\_

11. Qual o seu estado civil? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União Estável
- Viúvo(a)
- Outro: \_\_\_\_\_

12. Com quem você mora? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Com pais
- Com filhos(as)
- Outros familiares
- Com cônjuge, companheiro(as) , namorado(as)
- Sozinho(as)
- Em espaço dividido (república, pensão, com amigos...)
- Em instituição de acolhimento
- Filho(s) e/ou companheiro(a)/conjugê/namorado(a)
- Outro: \_\_\_\_\_

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

13. Atualmente, você trabalha? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Estou trabalhando
- Estou estudando e trabalhando
- Estou estudando, mas não estou procurando trabalho
- Estou estudando e procurando trabalho
- Não estou trabalhando, mas estou procurando trabalho
- Não estou trabalhando e não estou procurando trabalho
- Prefere não responder
- Outro: \_\_\_\_\_

14. Que tipo de trabalho você exerce atualmente?

*Marque todas que se aplicam.*

- Empregado(a) com carteira
- Empregado(a) sem carteira
- Trabalhador(a) autônomo(a) / por conta própria
- Estagiário(a)
- Funcionário(a) público(a)
- Estudante bolsista
- Outro: \_\_\_\_\_

### Sobre Violência/Discriminação Por Violência Urbana

15. Você já foi vítima racismo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

## 16. Em qual(is) local(is)/situação(ões) você foi vítima de racismo?

Responda essa opção caso já tenha sido vítima de racismo

*Marque todas que se aplicam.*

- Escola
- Família
- Trânsito
- Trabalho
- Abordagem policial
- Shopping
- Supermercado
- Estádio de futebol
- Clube
- Bairro
- Processo seletivo para inserção no mercado de trabalho
- Nas relações afetivas
- Restaurantes
- Entrada de shows/eventos públicos
- Outro: \_\_\_\_\_

## 17. Você já fez alguma denúncia para a polícia por ter vivido alguma violência ou discriminação em razão de sua raça/cor? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

## 18. O que lhe fez não denunciar a violência ou discriminação sofrida?

Se você DEIXOU DE FAZER ALGUMA DENÚNCIA para a polícia por ter vivido alguma violência ou discriminação em razão de sua raça/cor, responda:

*Marcar apenas uma oval.*

- Descrença no trabalho da polícia (achei que não fosse dar em nada)
- Medo de sofrer violência ou discriminação pela polícia (achei que seria maltratado/a pela polícia)
- Não quis lidar com o desgaste de denunciar (não tive tempo ou vontade de denunciar)
- Não entendia que o que aconteceu era violência/discriminação
- Não sabe
- Prefere não responder

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

19. Você já sofreu abordagem policial? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

20. Quantas vezes isso te ocorreu?

Marcar apenas uma oval.

- 1 à 2 vezes  
 3 à 4 vezes  
 5 à 6 vezes  
 Mais de 6 vezes  
 Nunca me ocorreu  
 Outro: \_\_\_\_\_

21. Como você se sentiu nessa abordagem?

Responda essa(s) opção(ões) caso já tenha sofrido abordagem policial

Marque todas que se aplicam.

- Constrangido  
 Violado em algum direito  
 Injustiçado  
 Ofendido  
 Vítima de racismo  
 Outro: \_\_\_\_\_

22. Onde foi essa abordagem?

Responda essa(s) opção(ões) caso já tenha sofrido abordagem policial

Marque todas que se aplicam.

- À caminho da escola  
 No trânsito  
 No bairro  
 À caminho do trabalho  
 Em entradas de shows/eventos públicos  
 Voltando do trabalho  
 Voltando da escola  
 Outro: \_\_\_\_\_

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

23. Para você o que a presença da polícia representa no território em que você ocupa?

*Marque todas que se aplicam.*

- Medo
- Ansiedade
- Segurança
- Repressão
- Angústia
- Controle
- Proteção
- Raiva

24. Quantos anos você tinha quando ocorreu pela primeira vez ?

Responda essa opção caso já tenha sofrido abordagem policial

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 12
- 12 - 15
- 16 - 19
- 20 - 25
- 26 - 30
- Mais de 30

25. Você já foi encarcerado alguma vez? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

26. Como foi seu tratamento dentro do estabelecimento prisional?

Responda essa opção caso já tenha sido encarcerado(a) alguma vez.

*Marcar apenas uma oval.*

- Degradante
- Desumano
- Humilhante
- Acolhido
- Seguro
- Violado em algum direito
- Situação de racismo

27. Você já teve algum familiar ou pessoa muito próxima que faleceu em decorrência da violência urbana? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

### Espaço para compartilhar

28. Se você quiser, esse é um espaço para você nos contar um pouco sobre alguma experiência de violência e/ou discriminação que você tenha vivenciado e que gostaria de compartilhar:

---

---

---

---

---

**Conte  
conosco!  
<3**

Se responder esse questionário lhe causou sofrimento, não hesite em procurar ajuda. Seguem contatos de alguns serviços de apoio que atendem em BH e região metropolitana:

[https://docs.google.com/document/d/1bvjGMBJ\\_FtwP4\\_PIBazDe0y3qywM7EGRojLexXNzkCk/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1bvjGMBJ_FtwP4_PIBazDe0y3qywM7EGRojLexXNzkCk/edit?usp=sharing)

30/05/2022 17:37

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TCC

29. Ok, estou ciente.

*Marcar apenas uma oval.*

Enviar questionário.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado/a participante,

Você está sendo convidada (o) a participar do formulário de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso com a temática: **Violência urbana contra o jovem negro: um recorte sobre a atuação do assistente social neste debate**, realizado pelas alunas do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Una. Este formulário objetiva coletar dados que permitam contribuir para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática da violência urbana contra o jovem negro de Belo Horizonte e Região Metropolitana. A pesquisa tem apenas uma etapa de resposta ao formulário on-line que você pode responder agora.

Estima-se que o tempo para responder todo o questionário seja de 5 a 10 minutos.

Você não terá nenhum tipo de despesa ao responder este formulário, também não receberá nenhuma remuneração por sua participação. Embora não haja nenhum benefício direto para você, sua participação é muito importante para este estudo, uma vez que você estará ajudando as/os estudantes a levantar dados sobre a violência urbana contra o jovem negro em Belo Horizonte.

É importante ressaltar que sua identidade será protegida durante todo o processo. Por isso, seu nome NÃO será revelado ou divulgado, em nenhum momento presente ou futuro, a pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadoras/es. Garantimos, assim, proteção à sua identidade tanto durante o processo de pesquisa quanto após o término dela.

Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados em trabalhos acadêmicos e científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e outros eventos desse tipo. Nesses casos, conforme já mencionado, seu nome NÃO será divulgado de nenhuma maneira. As/os estudantes se comprometem a divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada, conforme estipulado pela Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV.

A fim de diminuir o risco de desconforto ou constrangimento, salientamos que tomaremos os seguintes cuidados: 1) a garantia do caráter voluntário da pesquisa por meio da

assinatura ou não assinatura deste documento; 2) a garantia do anonimato das/os participantes; 3) a estimativa de que a/o participante não gastará mais do que 5 a 10 minutos do seu tempo pessoal para responder às perguntas; 4) a utilização dos resultados obtidos apenas da maneira e de acordo com os propósitos já esclarecidos neste documento.

Em caso de dúvida ou problema, você poderá contatar as estudantes nos endereços eletrônicos: [deborandrade.soares@gmail.com](mailto:deborandrade.soares@gmail.com), [alves.anacarolina17@gmail.com](mailto:alves.anacarolina17@gmail.com) e [larissalorrana1919@gmail.com](mailto:larissalorrana1919@gmail.com). Assim, se você se sentir suficientemente esclarecida/o, por favor marque sua concordância logo abaixo. Ao assinar este Termo, todos os seus direitos continuam preservados.

Fonte: autoria própria

APÊNDICE C –Listagem serviço de apoio

### **LISTAGEM DE SERVIÇOS DE APOIO**

#### **1) Clínica Integrada de Psicologia - Centro Universitário UNA**

A Clínica Integrada de Psicologia da UNA , oferece atendimento aberto ao público.

Contato eletrônico: <https://souluno.una.br/servicos/clinica-integrada-de-psicologia/>

#### **2) Espaço Abayomi de Psicologia**

A ABAYOMI é um espaço de psicologia clínica voltada à população negra, cujo objetivo é facilitar o acesso à saúde mental, sendo lugar de leveza e acolhimento. A rede busca fazer um elo entre aqueles profissionais que têm disponibilidade para fazer atendimentos a valores sociais e aqueles que desejam ser atendidos, mas não têm recursos financeiros suficientes.

Contato eletrônico: <https://www.abayomipsicologia.com.br/>

#### **3) Erika Divina - Psicóloga CRP 04/65470 - Terapia Fenomenológica e Afrocentrada**

Atua referenciada na Psicologia Preta e na Fenomenologia. Prática clínica no fazer antirracista na busca constante de empreecimento e na valorização da negritude. Foco de pesquisa: favela, negritude e o gênero.

Possui horários disponíveis para atendimento social

Contato eletrônico: [erikalob53@gmail.com](mailto:erikalob53@gmail.com);

(31) 98853-1917

Fonte: autoria própria